



FABIO POZZEBOM/ABR



Frota da Força Nacional de Segurança: conferência inédita definiu dez diretrizes para combater violência

Reforma eleitoral pode ser votada já

O Plenário do Senado deve examinar nesta terça-feira as mudanças nas regras das eleições. Se for aprovado, o projeto retorna à Câmara. O uso da internet é o tema mais polêmico.

página 3

Urgência é a primeira disputa sobre o pré-sal

As propostas do governo para o marco regulatório da exploração do petróleo do pré-sal foram recebidas com elogios e críticas no Senado. As críticas se voltaram mais para a urgência na tramitação dos projetos.

página 4

Acordo deve aprovar pregão eletrônico

Entendimento entre senadores e o ministro do Planejamento deve viabilizar votação de proposta que altera a Lei de Licitações. Pregão eletrônico pode ser obrigatório para compras de até R\$ 500 mil.

página 7

Encontro reúne 3 mil e aprova rumos para segurança pública

páginas 8 e 9

e mais...

agora é lei	3
projetos aprovados	5
ambiente legal	10
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



J. FREITAS

Heráclito Fortes, 1º secretário do Senado, ressaltou em Plenário que economia poderá ser ainda maior com ajustes que vêm sendo feitos

Senado vai cortar R\$ 5,6 mi ao ano com fim de gratificação

página 12

— cidadania

Os riscos da sobrecarga no trabalho

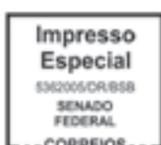
Um conjunto de doenças que atingem músculos, tendões, nervos e articulações, as lesões por esforço repetitivo (LER) decorrem de sobrecarga no trabalho. Esta edição debate os fatores de risco e aponta medidas de prevenção.

página 16



ANA VOLPE

Reivindicações de digitadores levaram a Previdência a incluir a LER entre as doenças do trabalho



agenda

Projeto busca barrar estrangeiro pedófilo

Está na pauta do Plenário proposta que veda a concessão de visto a indiciado em outro país por prática de crime sexual contra criança e adolescente. Membros de CPI que propuseram a medida alegam que proteção à infância se sobrepõe a estímulo ao turismo

Projeto que veda a concessão de visto a estrangeiro indiciado em outro país por prática de crimes contra a liberdade sexual, pedofilia e outros previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) poderá ser votado nesta semana em Plenário.

Apresentada pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, a proposta (PLS 235/09) teve o parecer favorável do relator, Romeu Tuma (PTB-SP), aprovado sem emendas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Os demais crimes previstos no estatuto que podem passar a impedir a concessão de visto ao estrangeiro são: produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena pornográfica ou de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente, e vender ou expor à venda esses produtos.

Os membros da CPI, presidida por Magno Malta (PR-ES), alegam que é impossível à autoridade diplomática identificar, no momento da concessão do visto, quem pretende ingressar no país com objetivos escusos, e observam que muitos crimes contra jovens brasileiros são cometidos por estrangeiros que vêm ao Brasil praticar o turismo sexual. Em seu relatório, Tuma

disse que o alto índice de reincidência no crime de pedofilia e a conhecida prática do turismo sexual por estrangeiros em países de Terceiro Mundo aconselham a aprovação da medida.

“O justo desejo das autoridades de estimular o turismo, importante fonte de renda de diversas localidades nacionais, não pode se sobrepor à responsabilidade estatal de proteger a infância contra as mazelas físicas e psicológicas que lhe poderão comprometer a formação da personalidade e a autoestima”, observou Tuma.

A Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro, a ser modificado pelo projeto) estabelece diversas hipóteses para a negação do visto, enumerando casos em que a entrada do estrangeiro no país é presumidamente nociva aos interesses nacionais. Essa lei já prevê, por exemplo, a negação do visto para estrangeiro condenado ou processado por crime doloso em seu país. “Nossa proposta é tornar esse filtro ainda mais rigoroso. Em razão da natureza grave de tais delitos, somada à prioridade absoluta que a Constituição reservou à proteção da infância e da juventude, não devemos correr risco algum de que abusadores sexuais ingressem em nosso país”, afirmam os senadores.



Papaléo Paes (E) e Magno Malta (C) em reunião da CPI da Pedofilia, comissão que apresentou proposta contra turismo sexual

WALDEMIR RODRIGUES

Polícia do Senado identifica origem de ameaças a Magno Malta

A Polícia Legislativa do Senado investigou e identificou a pessoa que fez três ameaças de morte contra Magno Malta, a primeira em março deste ano, por meio do Alô Senado. As ligações são de telefones celulares de Campina Grande (PB) que pertencem ao servidor da Infraero, Paulo Afonso de Farias. Ele afirmou à Polícia Federal, na Paraíba, que as linhas são usadas por seu irmão, José de Arimatéia, portador de transtornos mentais. A CPI da

Pedofilia vai convocar os dois irmãos, a psiquiatra Vilma Mendonça, responsável pelo atestado médico, o delegado da PF na Paraíba e o responsável pelas investigações na Polícia Legislativa, conforme requerimento aprovado na quarta-feira.

As gravações feitas pelo número 0800 do Senado foram apresentadas pelo presidente da CPI. “Diga a Magno Malta que ele vai ser assassinado. Sou pedófilo e vou assassiná-lo”, registra a primeira ameaça.

CPI recebe nova denúncia de abuso de menor

Magno Malta encaminhou à CPI da Pedofilia denúncia de abuso sexual praticado por Ronaldo Lázaro Tiradentes, em Manaus (AM), contra sua sobrinha Keyla Gregório da Silva. Malta recebeu depoimento prestado pela vítima à Polícia Federal no Amazonas.

comissões

Terça-feira

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Pré-sal – A comissão vai debater o marco regulatório do petróleo e a exploração do pré-sal. Participam da audiência o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, João Carlos de Luca; o presidente da Devon Energy do Brasil, Murilo Marroquim; e o vice-presidente da British Petroleum do Brasil, Ivan Simões Filho. A comissão analisa ainda mensagem da Presidência da República que solicita autorização para contratação de crédito externo para o estado de São Paulo.

11h – EDUCAÇÃO

Recenseamento escolar – Com 23 itens na pauta, a CE analisa projeto que determina o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil. Outra proposta a ser examinada institui o Sistema de Avaliação da Educação Superior.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Lavoura-pecuária – Reunião vai debater a política nacional de integração lavoura-pecuária. Foram convidados os representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Luiz Carlos Balbino, e do Grupo Campo, Alysson Paolinelli, entre outros.

14h – CPI DA PETROBRAS

Depoimento – A comissão ouve o diretor de Relações Institucionais da Pini Serviços de Engenharia, Mário Sérgio Pini, e o consultor da empresa Luiz Raymundo Freire de Carvalho.

14h30 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Plano nacional – A comissão mista se reúne para discutir o tema “Política e plano nacional sobre mudanças climáticas e perspectivas do Brasil para a COP-15”, com a participação do ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Exército – O chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, general Augusto Heleno, falará sobre as atividades do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército e a implantação do centro tecnológico. Em seguida, a comissão examina 25 itens que tratam da concessão para exploração de serviço de radiodifusão. Consta ainda da pauta projeto que obriga a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária.

9h – ASSUNTOS SOCIAIS

Saúde indígena – A comissão vai

debater a saúde indígena e a atuação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e do Ministério da Saúde sobre o assunto.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

FGTS – Debate sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço com o superintendente nacional do FGTS, Joaquim Lima de Oliveira; o secretário-executivo do Conselho Curador do FGTS, Paulo Eduardo Cabral Furtado, entre outros.

9h30 – MEIO AMBIENTE

Chico Mendes – Os senadores ouvem o presidente do Instituto Chico Mendes, Rômulo Mello, sobre os dois anos de atuação do instituto.

10h – EDUCAÇÃO

Educação – Reunião para discutir a implantação dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Foram convidados o reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Paulo César Pereira; a diretora do Sindicato Nacional dos Serviços Federais da Educação Básica e Profissional, Tânia Maria Barbosa Guerra; e o diretor de Desenvolvimento da Rede de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec), Getúlio Marques Ferreira.

plenário

Segunda-feira

Feriado

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

PECs – Na pauta, oito propostas de emenda à Constituição. Entre elas, a PEC 19/07, que autoriza a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para pesquisa e uso médicos.

Quarta-feira

11h – Sessão especial

Homenagem – O Plenário comemora o Dia da Amazônia.

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

10h – Sessão especial

AMB – Os senadores homenageiam os 60 anos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

Quinta-feira

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

BNDES – A comissão analisa projeto que enquadra o BNDES na categoria de empresa pública, com o objetivo de proibir que o banco financie governos de outros países e suas empresas. Em seguida, delibera sobre propostas não terminativas. Na terceira parte da reunião, examina a PEC 33/09, que determina a exigência do diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista. Foram convidados os presidentes da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murilo de

Andrade; da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Pimentel Slaviero; do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), Edson Spenthof; da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Judith Brito; da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo; da Associação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raimundo Cezar Britto Aragão.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Embaixador – A comissão examina a indicação do diplomata Luiz Fernando Gouvêa de Athayde para exercer o cargo de embaixador junto à Croácia.

debate

Plenário vota reforma eleitoral na terça

Para valer nas eleições de 2010, projeto terá que passar por votações no Senado e na Câmara em três semanas. Proposta não limita uso da internet para material jornalístico, em *sites* ou *blogs*. Impressão do voto eletrônico e o voto em trânsito são rejeitados

O Plenário deve votar nesta terça-feira o projeto que altera a legislação eleitoral (PLC 141/09), para que possa ser enviado à Câmara, que deve ainda analisar as modificações feitas pelos senadores, no dia seguinte. A pressa se deve ao fato de que, para valer já nas eleições de 2010, as mudanças devem ser publicadas oficialmente até 3 de outubro deste ano.

Na semana passada, as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovaram proposta com mudanças em relação à aprovada pela Câmara em julho. Duas inovações inseridas pelos deputados – a impressão dos votos eletrônicos e a regulamentação do voto em trânsito – foram rejeitadas pelos senadores, de acordo com o parecer conjunto

dos relatores na CCT, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), e na CCJ, Marco Maciel (DEM-PE).

A polêmica sobre as novas regras ficou por conta do uso da internet nas campanhas.

Segundo Azeredo, “não há limitação em caso de matérias jornalísticas, blogs e twitters”. Já para os debates na internet as regras deverão ser as mesmas aplicadas à televisão e ao rádio.

A veiculação de propaganda paga em *sites* jornalísticos fica limitada a candidatos à Presidência da República, que poderão fazer no máximo 24 inserções.

– Esse assunto é novo. Por falta de lei, o TSE [Tribunal Superior Eleitoral] proibiu a propaganda pela internet. A Câmara autorizou a propaganda gratuita e nós estamos dando um passo a mais, permitindo a propaganda paga para presidente – explicou.



Demostenes Torres, Flexa Ribeiro, Marco Maciel, Kátia Abreu e Eduardo Azeredo: uso da internet em campanha gera polêmica

Comissões aumentam incentivo financeiro a candidatura de mulheres

A emenda das senadoras Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Serys Slhessarenko (PT-MT) que eleva de 5% para 10% o percentual do fundo partidário destinado a incentivar a participação feminina nas eleições foi aprovada pela CCJ e pela CCT.

Outra emenda, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), derrubou a exigência de que os provedores de internet que hospedam *sites* com propaganda eleitoral sejam estabelecidos no país.

Os senadores aprovaram ainda emenda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para que a Lei Eleitoral preveja a realização de

prévias para escolha do candidato dos partidos e para que os debates entre eles sejam transmitidos pelos meios de comunicação. Os relatores alertaram, no entanto, para o fato de que o procedimento pode ser considerado antecipação de campanha, como já teria advertido a Justiça Eleitoral.

O projeto autoriza a participação de filiados a partidos políticos ou pré-candidatos em entrevistas e programas jornalísticos nos diversos meios de comunicação, para falar de plataformas, projetos políticos e até para fazer críticas político-partidárias, desde que não haja pedidos de votos.

Obrigação de filho de político estudar em escola pública

Por sugestão do relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a CCJ decidiu promover debate, em data a ser definida, sobre projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que obriga os políticos eleitos a matricularem seus filhos em escolas públicas (PLS 480/07). Serão convidados o ministro da Educação, Fernando Haddad, o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Gilberto Luiz Selber, e dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e do Conselho Nacional de Educação. Para Cristovam, a medida faria com que os políticos tratassem a qualidade das escolas como prioridade.

Falsificação de cigarro pode ser punida com prisão

A CCJ aprovou projeto que altera o Código Penal para tornar crime a falsificação, adulteração ou fabricação de cigarro em desacordo com a legislação sanitária. Pelo texto, a pena será de um a cinco anos de prisão, além de multa.

A proposta (PLS 220/08), do senador Romero Jucá (PMDB-RR), também torna crime “omitir informação que deva constar da embalagem ou da publicidade de produtos” submetidos à vigilância sanitária.

Hoje, são vendidos mais de 25 bilhões de cigarros ilegais no Brasil – quase 20% do mercado, causando prejuízos de cerca de R\$ 1,5 bilhão à indústria nacional e de R\$ 1,4 bilhão aos cofres públicos.

Cristovam e Marco Maciel cobram reforma política

Os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Marco Maciel (DEM-PE) defenderam a realização da reforma política pelo Congresso. Cristovam voltou a sugerir a eleição de um grupo especial de parlamentares para a exclusiva missão de reformar o sistema político do país. Ele também propôs um conjunto de medidas que, como acredita, poderão proteger o novo sistema dos vícios atuais. Entre os pontos listados, está a ideia de obrigar todos os partidos a apresentar candidatos às eleições

para os cargos de presidente da República, governadores e prefeitos.

– Na hora que fizermos isso, acaba a ideia das legendas de aluguel – afirmou Cristovam.

O senador se refere ao problema dos partidos sem expressão que quase nunca apresentam candidatos para cargos majoritários, usando seu tempo do horário político como moeda de troca para negociar vantagens pelo apoio a candidatos com efetiva viabilidade eleitoral.

Na avaliação de Marco Ma-

ciel (DEM-PE), o Parlamento tem como realizar a reforma política sem precisar convocar uma assembleia constituinte. E, citando o filósofo político Norberto Bobbio, definiu essa demora como uma promessa não cumprida da democracia.

Relator, junto com Eduardo Azeredo (PSDB-MG), da lei eleitoral em votação no Senado, Maciel listou as principais mudanças preconizadas por esse texto e disse que o país realizará as eleições de 2010 praticamente sem grandes avanços na lei.

Ação contra omissão do governo tem regras

A CCJ aprovou projeto que define regras para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO), prevista na Constituição de 1988 para permitir o acesso a direitos que ainda esperam por regulamentação pelo Legislativo ou pelo Executivo.

De acordo com o projeto (PLC 132/09), a omissão de autoridades administrativas deve ser corrigida em 30 dias. Já o Legislativo terá 180 dias para dar efetividade legal a um direito constitucional. O STF apontou a demora do Legislativo 17 vezes este ano.

IBGE pode ter carreira exclusiva de Estado

Aprovada pela CCJ, proposta inclui os servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre as atividades típicas de Estado. O projeto (PLS 392/08), de Cristovam Buarque (PDT-DF), atribui esse *status* apenas aos efetivos. Servidores de carreiras exclusivas têm garantias maiores para exercer suas funções. Há interpretações de que eles ficariam fora do alcance de cortes de pessoal.

agora é lei

Mandado de segurança coletivo ganha normas

O mandado de segurança coletivo tem regras novas para sua concessão. Lei nesse sentido aprovada pelo Congresso foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A lei (12.016/09) vai permitir a padronização do tratamento dado pelos tribunais sobre o assunto.

Criado em 1988 pela Constituição federal, o mandado de segurança coletivo ainda estava sem regulamentação. O instrumento jurídico é usado contra ato de autoridade considerado ilegal ou abusivo.

O projeto que deu origem à lei é um dos que fazem parte do 2º Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, assinado em abril pelos três Poderes.

Um mandado de segurança coletivo pode ser ajuizado por partido político com representação no Congresso, sindicatos e entidades de classe com, no mínimo, um ano de funcionamento.

pré-sal

Urgência é a primeira disputa no Congresso



Sarney participou da cerimônia com o presidente Lula e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e primeira-dama, Marisa

O lançamento das propostas do governo para a exploração de petróleo na camada pré-sal foi seguido de reações no Plenário do Senado. Os senadores abordaram não apenas o conteúdo das quatro propostas enviadas ao Congresso, mas também o pedido de tramitação em regime de urgência para os projetos. Depois de 45 dias na Câmara

dos Deputados e mais 45 no Senado, as matérias têm prioridade de votação sobre quaisquer outras.

Os principais focos das críticas dos parlamentares são o novo modelo de exploração proposto – de partilha da produção no lugar do atual sistema de concessão – e a criação de uma nova estatal, a Petro-Sal.

Urgência é criticada e oposição ameaça obstruir

Senadores de diversos partidos, inclusive de partidos da base de apoio do governo, como o PDT, protestaram contra a urgência imposta pelo governo para discussão dos projetos que pretendem viabilizar a exploração do petróleo na camada pré-sal. O líder do DEM, senador José Agripino (RN), ameaçou obstruir os trabalhos do Senado.

Alvaro Dias (PSDB-PR) rechaçou a urgência tendo em vista, disse, que ainda há obstáculos tecnológicos e financeiros para viabilizar a exploração do pré-sal. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), destacou a necessidade de o Congresso ouvir especialistas, especialmente ambientalistas.

Além da urgência, diversos pontos dos projetos já receberam críticas, principalmente a intenção do governo de substituir o regime de concessão, criado em 1997, pelo de partilha da produção, e a criação de uma nova estatal, a Petro-Sal, para explorar essas riquezas no lugar da Petrobras.

Governistas: é possível discutir e votar em 90 dias

Senadores da base de apoio ao governo condenaram a ameaça da oposição de obstruir as votações e argumentaram ser possível discutir o modelo de exploração da camada pré-sal nos 90 dias fixados pelo regime de urgência. Enquanto Gim Argello (PTB-DF) destacou que a importância dos projetos para ajudar a reduzir a pobreza no país justifica a rapidez na votação, João Pedro (PT-AM) protestou contra a obstrução.

Os senadores do PT Aloizio Mercadante (SP), líder do partido, Ideli Salvatti (SC) e Tião Viana (AC) pediram que os projetos sejam discutidos acima dos interesses partidários. Viana ainda acha que o Senado pode realizar um debate amplo no prazo estipulado, especialmente pelo fato de a Casa representar a Federação e poder harmonizar os interesses dos estados sobre as riquezas. Nesse sentido, o senador Renato Casagrande (PSB) defendeu tratamento especial para o Espírito Santo, como um dos estados produtores.

O que é o pré-sal

A camada de petróleo pré-sal compreende uma área de quase 150 mil km² na costa brasileira nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, onde a Petrobras descobriu grandes reservatórios de petróleo e gás natural após perfurar até 7 quilômetros abaixo do nível do mar. Cerca de 28% da área já foram concedidos à exploração, sendo um quarto desse total com participação da Petrobras. A área sem concessão abrange 72% da jazida do pré-sal (107,2 mil km²).

O primeiro dos quatro projetos enviados pelo governo ao Congresso define que a região será explorada por

contrato de partilha do petróleo entre a empresa e a União. O segundo projeto prevê a criação da Petro-Sal, que representará a União nos consórcios e na gestão dos contratos de partilha.

Já o terceiro projeto cria o Fundo Social, para destinar recursos ao combate à pobreza, à educação, à cultura, à inovação científica e tecnológica e ao meio ambiente.

O quarto projeto prevê o financiamento da Petrobras para a realização dos investimentos no pré-sal, com possível aumento da participação da União no capital da estatal.

Simon não quer repetir o que ocorreu com reforma eleitoral

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu um “pouco mais de grandeza” na discussão do marco regulatório do petróleo da camada do pré-sal.

O senador disse não ver necessidade da urgência constitucional solicitada pelo governo, mas afirmou também não concordar com a tática da oposição de tentar “empurrar e não deixar achar uma solução”.

Para ele, é preciso ter cuidado para não se repetir com o pré-sal o mesmo que ocorreu com a proposta de reforma eleitoral, examinada pelo Senado em prazo muito reduzido, para que possa vigorar nas próximas eleições.

Simon avaliou ainda como inteligente a decisão do governo de criar uma empresa, a Petro-Sal, para gerenciar o produto do pré-sal.

Lucena: FHC não quis privatizar Petrobras

Cícero Lucena (PSDB-PB) lembrou de carta enviada ao Senado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmando ser contra privatizar a Petrobras, em 1995 – quando tramitava PEC que daria “condições à União de exercer direito de propriedade sobre os recursos minerais”.

Prefeitos estão sendo iludidos, diz Heráclito

Para Heráclito Fortes (DEM-PI), o presidente Lula fala, “como se os recursos do pré-sal já estivessem em caixa”. Na opinião do senador, o processo de divulgação do assunto é “criminoso”, pois tem induzido os prefeitos a pensar que resolverão seus problemas com a exploração do pré-sal.

Paulo Paim defende recursos do pré-sal na Previdência Social

O senador Paulo Paim (PT-RS) será o relator do projeto sugerido por entidades sociais para normatizar o Fundo Social, incluído nas propostas do governo para a exploração e destinação dos recursos do petróleo da camada pré-sal.

Paim salientou que o projeto inova ao incluir a Previdência Social entre as áreas que devem ser beneficiadas com recursos do fundo.

– Por que não olharmos para o futuro da nossa Previdência? – perguntou ele em Plenário.



Entidades vinculadas aos trabalhadores defenderam, em debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH), que a descoberta do pré-sal justificaria o retorno ao monopólio estatal do pe-

tróleo quebrado no governo Fernando Henrique. O encontro, proposto por Paulo Paim (PT-RS), discutiu sugestão de petroleiros para uma nova regulamentação da política energética nacional.

DEBATES

A Comissão de Infraestrutura dedicará o mês de outubro e a primeira semana de novembro a debates sobre a exploração do petróleo na camada pré-sal e os projetos que tratam do assunto.

PROPOSTA

Fernando Collor defende que parte dos recursos que serão arrecadados com a exploração do petróleo da camada pré-sal seja destinada a saneamento básico e oferta de água potável.

decisões

Aprovada com muitas emendas, MP 462 volta ao exame da Câmara

Objetivo principal do projeto é permitir o repasse de R\$ 1 bilhão para os municípios que tiveram perda de arrecadação com a crise

Depois de muita discussão, o Senado aprovou a medida provisória editada em maio pelo presidente da República para amenizar a queda das receitas dos municípios devido à crise financeira. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 13/09, referente à MP 462/09, aumentou em R\$ 1 bilhão os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Devido às mudanças aprovadas no Senado, o projeto retorna à Câmara. Ele trata ainda de outros 11 assuntos, alguns deles com a mesma finalidade de reduzir os impactos da crise. Um exemplo é o reforço de R\$ 4 bilhões para o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN), criado no ano passado com capital de R\$ 1 bilhão para garantir operações de financiamento à construção naval, inclusive estaleiros.

Outro artigo incluído no texto permite que os municípios que administram o Bolsa Família descontem até 3% dos repasses federais para cobrir despesas de execução do programa. A MP também autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a utilizar recursos federais até o final de 2012 em obras de conservação de trechos rodoviários da União repassados aos estados em 2002.

A MP determina ainda que os gastos das empresas na contratação de planos de saúde para seus empregados não têm natureza salarial. Com isso, eles não podem ser incorporados à remuneração do funcionário, não se constituindo em base para a cobrança de FGTS ou de contribuição pre-

videnciária. A medida também cria um Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária dos Municípios, destinado a promover um encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos municípios junto ao INSS.

O relator Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, agregou outras 22 emendas, todas aprovadas. A primeira delas amplia benefícios contemplados no processo de renegociação das dívidas rurais. Uma outra trata

de linha de crédito para agricultores familiares.

Uma das emendas concede 90% de redução dos juros de mora e de multas isoladas aos exportadores que usaram o crédito-prêmio do Imposto sobre

Produtos Industrializados (IPI) para pagar outros tributos após outubro de 1990, desde que quitam a dívida em 12 meses. O Supremo Tribunal Federal decidiu, no mês passado, que o incentivo, criado em 1969, só vale até aquela data. Com isso, as empresas terão que devolver ao Fisco pelo menos R\$ 50 bilhões.

O senador Paulo Paim (PT-RS) conseguiu incluir outra emenda, que permite aos empresários que não requisitaram o crédito-prêmio entre 1983 e 1990 pedi-lo agora para descontar em impostos e contribuições. Jucá avisou que a emenda deverá ser vetada.

Alvaro Dias (PSDB-PR) chegou a pedir ao presidente do Senado, José Sarney, que adiasse a votação do PLV 13/09 para a próxima semana, por entender que o relatório de Jucá não havia sido sequer lido pelos senadores e não havia acordo entre os líderes.



Alvaro Dias (E) tentou impedir votação da medida provisória, alegando que relatório de Romero Jucá (D) nem sequer havia sido lido pelos senadores

GERALDO MAGELA

Emenda do crédito-prêmio do IPI foi incluída no texto da MP

CAE aprova novas regras para contribuição do Fust

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou texto do relator Francisco Dornelles (PP-RJ) que modificou o projeto (PLS 297/07) que trata da contribuição ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações.

A proposta original é do senador Renato Casagrande (PSB-ES) e ainda precisa ser votada em decisão terminativa pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), antes de ser enviada para análise da Câmara dos Deputados.

Pelo projeto, as empresas devem contribuir para o fundo com 1% da receita operacional bruta de cada mês. O substitutivo de Dornelles estabelece multas e juros para quem não recolher.

O texto aprovado na CAE determina também que a empresa que realizar esses serviços (ainda que por intermédio de outras prestadoras) será responsável solidária pela contribuição ao Fust e, se for o caso, pelas multas.

Liberadas verbas para submarinos e helicópteros

A CAE também aprovou na semana passada autorização para contratação, pela União, de empréstimo externo no valor de 6 bilhões de euros junto a um consórcio de bancos, para financiar a construção de submarinos e para equipar as Forças Armadas.

A maior parcela dos recursos – 4,3 bilhões de euros – será destinada ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub). A ideia é construir quatro submarinos convencionais do tipo Scorpene. O dinheiro também será usado para o pagamento de assistência francesa visando ao desenvolvimento da parte não nuclear de um submarino movido a reator atômico. Os recursos serão aplicados ainda na construção de um estaleiro e de uma base para submarinos na Baía de Sepetiba (RJ).

O montante de 1,7 bilhão de euros será aplicado no projeto H-X BR, com o objetivo de produzir 50 helicópteros de médio porte e aeronaves modelo EC-725, a partir de parceria entre a empresa francesa Eurocopter e a brasileira Helibrás.

Cobrança atrasada de água e luz tem prazo reduzido

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou projeto que reduz para um ano o prazo máximo para que as empresas prestadoras de serviços públicos essenciais – água, energia elétrica, gás encanado, captação de esgoto e telefonia fixa – possam cobrar dívidas do consumidor ou exigir comprovante de pagamento ou qualquer tipo de fatura do serviço.

Atualmente, o prazo de prescrição da cobrança é de cinco anos, tempo em que os recibos devem ficar guardados para eventual comprovação do pagamento. A aprovação definitiva da matéria (PLC 99/09) deixará o consumidor livre para descartar a papelada depois de um ano da data de emissão.

Proteção ao trabalhador terceirizado

A administração pública também é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas pelas empresas terceirizadas. É o que diz o PLS 296/09, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta, que pretende proteger o trabalhador no caso de inadimplência de empresa contratada pelo governo, confirma entendimento do Tribunal Superior do Trabalho de que a administração pública tem a chamada “responsabilidade subsidiária”.

Para o relator, Expedito Júnior (PR-RO), a proposta fará com que órgãos públicos tenham maior zelo em contratar empresas terceirizadas.

projetos aprovados

De 31 de agosto a 4 de setembro

Plenário

➔ **PDS 112/08** – Acordo de cooperação com o Paraguai sobre desenvolvimento sustentável e gestão integrada da bacia do rio Apa. Vai a promulgação.

➔ **PDS 483/09** – Acordo de assistência mútua com Israel para o setor aduaneiro. Vai a promulgação.

➔ **PDS 487/09** – Aprova texto do Conselho do Mercado Comum que cria o fundo de financiamento educacional do Mercosul. Vai a promulgação.

➔ **PDS 493/09** – Acordo com a

Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte sobre atividades remuneradas por dependentes de pessoal diplomático e consular. Vai a promulgação.

➔ **PDS 494/09** – Acordo com a Espanha sobre atividades econômicas remuneradas por dependentes de pessoal diplomático e consular. Vai a promulgação.

➔ **PDS 505/09** – Tratado de cooperação com o México sobre matéria penal. Vai a promulgação.

➔ **PDS 507/09** – Aprova emendas à Convenção Internacional sobre nor-

mas para formação e treinamento de tripulantes de navio mercante. Vai a promulgação.

➔ **PDS 509/09** – Aprova o Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional. Vai a promulgação.

➔ **PRS 54/09** – Autoriza a contratação de operações de crédito externo, cujos recursos destinam-se ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos.

➔ **PRS 55/09** – Aprova a contratação de crédito externo com um consórcio formado por bancos internacionais.

➔ **PLV 13/09** – Amplia repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) com o objetivo de amenizar os efeitos da crise financeira, entre outros assuntos. Devido às inúmeras emendas, volta à Câmara.

Comissões

CCJ

➔ **PLC 132/09** – Do senador Demostenes Torres (DEM-GO), estabelece a disciplina processual da ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Vai ao Plenário.

➔ **PLS 220/08** – Do senador Romero

Jucá (PMDB-RR), torna crime a falsificação, adulteração ou fabricação de cigarro em desacordo com a legislação sanitária. Vai ao Plenário.

➔ **PLS 392/08** – Do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), inclui, entre os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado, os servidores do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vai à Câmara.

➔ **PLS 464/08** – Da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), autoriza pedidos de separação e divórcio por meio eletrônico. Vai à Câmara.

gastos públicos

Com rombo de R\$ 8,4 bilhões, Orçamento terá tramitação difícil

Além de superestimar receita, proposta do governo não inclui compensação pela Lei Kandir e aumento de aposentadorias acima do mínimo

Sem margem para reestimar a receita da União para 2010, o Congresso deverá ser obrigado a fazer cortes nas dotações definidas pelo Executivo para conseguir emendar o Orçamento e acomodar, pelo menos, R\$ 8,4 bilhões de despesas que não foram orçadas pelo governo. Fazem parte desse rombo recursos para compensar estados exportadores (Lei Kandir), garantir reajustes de aposentadorias acima do salário mínimo, completar aumento do Judiciário e atender emendas parlamentares.

Essa avaliação dos consultores de Orçamento das duas Casas foi transmitida ao relator da Receita, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e ao relator do Orçamento, deputado Geraldo Magela (PT-DF). O projeto da lei orçamentária de 2010, com despesas e receitas totais estimadas em R\$ 1,738 trilhões, deve ter tramitação difícil.

O último orçamento a ser executado pelo governo Lula exibe receita líquida inflada (R\$ 709,7 bilhões, após descon siderar a rolagem da dívida pública e a transferência de R\$ 143,9 bilhões a estados e municípios). E

deixou com o Congresso a tarefa de administrar pressões para aumento de gastos difíceis de driblar em ano eleitoral, como as dos governadores e dos próprios parlamentares.

Jucá foi alertado que o fisco estimou receitas extraordinárias de R\$ 31,5 bilhões (historicamente orçadas em R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões), eliminando alternativa usada pelo Congresso para reavaliar a receita. Dentro desse cálculo, segundo a Secretaria de Orçamento Federal, está a devolução do crédito-prêmio do IPI.

Relator da MP 462, que aprovou estímulo para induzir os exportadores a quitarem essa dívida até 2010, o senador contava com esse recurso para elaborar sua reestimativa. Agora, pretende ganhar tempo para ter maior clareza sobre o comportamento da economia nesse segundo semestre. A intenção é adiar a reavaliação da receita de outubro para novembro, quando o governo envia a revisão dos parâmetros macroeconômicos. Só que para alterar o calendário, precisará mudar a Resolução 1/06, que disciplina a tramitação do orçamento.

Congresso volta a discutir Lei Kandir com estados exportadores

A queda de braço com os governadores vai se repetir este ano. Um dos principais rombos do Orçamento de 2010 que o Congresso terá de resolver será o dos recursos da chamada Lei Kandir. A proposta do Executivo não orçou R\$ 3,9 bilhões, correspondentes ao que foi negociado em 2009 para ressarcir os estados exportadores. Essa é uma questão polêmica que já emperrou, em anos anteriores, a tramitação final do projeto da lei orçamentária, em decorrência da pressão dos governadores desses estados sobre as suas bancadas.

Mesmo assim, e apesar de ser ano eleitoral, o governo resolveu enfrentar essas pressões, conforme o relator, deputado Geraldo Magela (PT-DF). "O governo entende que não tem mais que compensar essas isenções estaduais. Fazia esse ressarcimento por uma liberalidade. Agora quer sustentar o debate, mesmo em ano eleitoral. Se não vai ter que inventar receita", defendeu

Magela, disposto a aguentar "firme" as investidas dos governadores, principalmente dos que possuem maior poder de fogo no Congresso.

O relator disse que é preciso clareza sobre as prioridades em 2010. E o momento exige a concentração dos recursos federais em investimento. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2010 previa R\$ 1,3 bilhão para essas compensações da Lei Kandir, mas o dispositivo foi vetado.

Instituído em setembro de 1996, por meio da Lei Complementar 87, de autoria do então deputado Antonio Kandir, o benefício prevê isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos exportadores de produtos primários e semi-elaborados. A União passou a ressarcir os estados pela perda de receita com essas isenções. Havia prazo para isso, mas essa compensação passou a ser negociada a cada ano, durante a tramitação da lei orçamentária.



Observado por Ideli Salvatti e pelo relator, deputado Geraldo Magela (D), Paulo Bernardo entrega proposta a José Sarney



Despesa discricionária é aquela que não tem vinculação assegurada na Constituição ou por lei, correspondendo aos gastos sobre os quais o governo tem liberdade de não executar.

Síntese do Orçamento

Descrição	Orçamento 2009		Reprogramação 2009*		Previsão 2010	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
A. Receita líquida de transferências**	662,1	20,98	619,8	20,34	709,7	21,33
B. Despesas obrigatórias	452,4	14,33	447,5	14,69	487,3	14,65
C. Meta de resultado primário***	52,3	1,66	27,1	0,89	49,0	1,47
D. Despesas discricionárias (D=A-B-C)	157,4	4,99	145,2	4,76	173,4	5,21
- Poder executivo	151,1	4,79	138,8	4,56	166,1	4,99
- Demais poderes	6,3	0,20	6,4	0,21	7,3	0,22

*Decreto 6.923, de 5/8/09. **Exclui repasses aos estados e municípios
***Considera o abatimento do PPI/PAC: 2009 = 0,51% do PIB (R\$ 15,6 bilhões); 2010 = 0,68% do PIB (R\$ 22,5 bilhões)
Fonte: Ministério do Planejamento

Parlamentares terão de achar recursos para pagar aposentados

O reajuste das aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo não foi orçado no projeto da lei orçamentária enviado ao Congresso. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) estima o gasto em R\$ 3,3 bilhões para 2010, se for confirmado o acordo fechado pelo governo com as centrais sindicais em 25 de agosto.

A fórmula negociada garante a correção, em 2010 e 2011, pelo INPC acrescido de 50% da taxa de aumento do PIB de dois anos antes. Ou seja, no próximo ano valerá metade da variação do PIB verificada em 2008. Se o cres-

cimento da economia de 5,08% naquele ano for confirmado, essas aposentadorias e pensões teriam aumento real de 2,55% em 2010. O ministro da Previdência Social, José Pimentel, fechou esse acordo como contraproposta do governo aos projetos aprovados no Senado: o que extingue o fator previdenciário e o que atrela essas aposentadorias ao reajuste do salário mínimo.

- Vamos ter que dialogar com o governo para ver de onde virão as receitas para fazer frente a esse gasto. Terá de ser solucionado de forma compartilhada entre

Congresso e governo - avaliou o relator, Geraldo Magela.

Os gastos para o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais em 2010 alcançam, no total, R\$ 294,4 bilhões, dos quais R\$ 243,2 bilhões (contra R\$ 223,1 bilhões em 2009) somente em aposentadorias e pensões. Eles embutem um aumento de 8,62% para o salário mínimo, que passaria para R\$ 505,90 a partir de janeiro de 2010. De acordo com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, esse reajuste do mínimo vai custar R\$ 8 bilhões aos cofres da Previdência.

Faltam recursos para atender emendas individuais

Os recursos para atender as emendas individuais são insuficientes para garantir aos parlamentares o valor aprovado no Orçamento de 2009: R\$ 10 milhões. A proposta do governo soma R\$ 4,7 bilhões, "que só dá para atender os 594 parlamentares se o limite para cada um baixar para R\$ 8 milhões", avisou o relator Geraldo Magela. Mantido o limite atual, será preciso mais R\$ 1,24 bilhão. Magela proporá, à eventual redução, compromisso do governo de fixar cronograma para liberação das emendas.

Magela disse ao **Jornal do Senado** que tem consciência da dificuldade de negociar essa redução e que também vai propor percentual mínimo de liberação das emendas de bancada e de comissão.

Orçamento não prevê reajuste integral para ministros do STF

Outra questão que ficou para ser resolvida pelo Congresso é o aumento para os ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República. O projeto, encaminhado dentro do prazo estabelecido pela LDO para os gastos referentes a reajustes de servidores (até 31 de agosto), prevê aumento de 14,09%. Se aprovado, o teto do funcionalismo subiria de R\$ 24,5 mil para R\$ 27,95 mil mensais. O valor previsto pelo Executivo para o próximo ano é de R\$ 204 milhões, equivalente a reajuste de 7,58%, conforme a SOF. Em 2009, há R\$ 154 milhões, não transferíveis para 2010.

O governo garantiu R\$ 701,1 milhões para determinadas carreiras e prevê que a folha de pessoal da União, apesar dos aumentos, manterá a mesma proporção do PIB projetada em 2009, de 5,05%.

gastos públicos

Pregão eletrônico perto da aprovação

Acordo prevê que modalidade será obrigatória para obras de até R\$ 500 mil e opcional para até R\$ 3,4 milhões

Parte do pacote de medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) encaminhado ao Congresso em fevereiro de 2007, o projeto que amplia o uso do pregão eletrônico nas licitações públicas (PLC 32/07) pode estar próximo de sua votação final no Senado. Acordo entre os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) – relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – e Francisco Dornelles (PP-RJ) com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que deve ser ratificado pelos líderes no Senado, pode viabilizar a votação em urgência em Plenário (veja abaixo quadro com principais pontos do acordo).

Pelo acerto, Suplicy e Dornelles cederam para permitir que as licitações de obras até R\$ 500 mil sejam submetidas ao pregão. Acima desse limite e até R\$ 3,4 milhões, o órgão público poderá optar pelo pregão ou não. Nesse caso, a habilitação jurídica e fiscal da empresa vencedora no preço e na parte técnica e econômico-financeira será a última a ser analisada.

O projeto altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) com o objetivo de aumentar a transparência e a competição entre empresas nas concorrências públicas e reduzir o tempo para sua conclusão e o custo final para a administração pública.

No pregão eletrônico, a possibilidade de conluio entre as concorrentes diminui, pois as propostas são feitas pela internet, em sigilo, evitando o contato e a combinação de preços entre as empresas e o pregoeiro.

Para isso, o projeto original do governo propunha estender o pregão – e a inversão de fases – para todas as licitações do tipo menor preço (carta-convite, tomada de preços e concorrência), inclusive para as obras de engenharia.

Pela inversão de fase, já aplicada nos pregões hoje, as propostas de preços são examinadas antes dos itens de habilitação técnica, jurídica e fiscal dos participantes. Assim, somente a documen-



EDNILSON AGUIAR/SECOM-MT



Eduardo Suplicy

Construtoras são contra inversão de fases do pregão eletrônico: alegam que critério de menor preço pode classificar empresas sem qualificação

tação do vencedor é examinada, com grande economia de tempo.

Porém, as construtoras se opuseram à utilização do pregão eletrônico, argumentando que o foco no custo poderia comprometer a qualidade e até a segurança dos empreendimentos, já que as empresas realmente capacitadas poderiam ser superadas por outras com menores custos, mas sem a habilitação necessária para executar um bom projeto.

Na Câmara, a proposta foi alterada para que somente obras públicas orçadas em até R\$ 340 mil pudessem ser submetidas ao pregão eletrônico.

Já na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, o relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), sugeriu a ampliação do limite para R\$ 3,4 milhões, que nos últimos meses foi motivo de divergências entre os senadores envolvidos no debate.

Editais serão publicados nos jornais de grande circulação

A proposta original do governo federal acabava com a obrigação de publicação dos avisos de licitação em jornais de grande circulação. Porém, o acordo para aprovação do projeto no Senado prevê que a compra de espaço na mídia impressa será indispensável para licitações com valor superior a R\$ 375 mil.

Além disso, pela proposta a ser votada pelo Senado, será obrigatória a divulgação dos editais na internet, nos endereços oficiais de órgãos da União, dos governos estaduais e das prefeituras.

A justificativa da proposta original é que a publicação em jornais é muito cara para o poder público. O deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), relator do projeto na Câmara, calcula que a liberação da publicação na imprensa

privada evitará que municípios pequenos gastem cerca de R\$ 20 mil por mês.

– Enquanto uma pessoa coloca um texto no jornal por R\$ 20 por linha, para os órgãos públicos isso custa entre R\$ 60 e R\$ 70 – argumentou Moreira.

Muitos deputados argumentaram que as prefeituras de pequenos municípios reclamam que chegam a gastar mais com a publicação de editais do que com os contratos licitados.

Durante a tramitação do projeto na Câmara, o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, afirmou que os órgãos de imprensa são contra a dispensa de publicação de editais porque não querem “perder o filé”.

O acordo garante, assim, a manutenção de uma importante fonte de renda publicitária para os jornais.

Economia para governo chega a 14%

O uso do pregão eletrônico começou com a Lei 10.520, de 2002. Porém, essa modalidade só é utilizada de forma facultativa pela União, estados e municípios e, ainda assim, apenas para a compra de bens e serviços simples. Nesses casos, as contratações passaram a ser concluídas na metade do tempo anterior, com significativa redução de custos. Realizado de forma segura, a distância, pela internet, reduz os custos do processo tanto para o governo como para as empresas. Dessa forma, atrai mais participantes, o que leva à queda no valor das propostas. Segundo o Ministério do Planejamento, no início, os preços caíram 30%, mas hoje a economia é calculada em 14%.

Principais pontos do acordo

1 Os valores para cada modalidade de licitação são alterados.

Para obras e serviços de engenharia:

- Convite: mantido em até R\$ 150 mil;
- Tomada de preços: passa de até R\$ 1,5 milhão para até R\$ 3,4 milhões;
- Concorrência: passa de acima de R\$ 1,5 milhão para acima de R\$ 3,4 milhões.

Para compras e serviços:

- Convite: mantido em até R\$ 80 mil;
- Tomada de preços: passa de até R\$ 650 mil para até R\$ 1,5 milhão;
- Concorrência: passa de acima de R\$ 650 mil para acima de R\$ 1,5 milhão.

2 O pregão será obrigatório em todas as licitações do tipo menor preço, para compras e contratação de serviços, inclusive para obras de engenharia com valor estimado em até R\$ 500 mil.

3 O pregão não pode ser usado em licitações do tipo melhor técnica, para contratação de serviços técnicos profissionais especializados (geralmente consultorias nas áreas de treinamento, engenharia, finanças ou direito) ou para obras com valor orçado acima de R\$ 3,4 milhões.

4 O pregão inverte as fases da licitação. Assim, somente serão analisadas as partes técnica, jurídica e fiscal da empresa classificada em primeiro lugar que, se não for habilitada, dará lugar à que ficou em segundo lugar e assim por diante.

5 Para as obras de engenharia de até R\$ 500 mil, o pregão será obrigatório. De R\$ 500 mil a R\$ 3,4 milhões, será facultativo, com inversão de fases. Acima de 3,4 milhões, será examinada primeiro a qualificação técnica e financeira e só depois o preço e demais formalidades.

6 No caso de obras com valor superior a R\$ 34 milhões, a administração pública poderá exigir em garantia o depósito de 2% a 10%. Da mesma forma, garantias devem ser depositadas quando concorrentes apresentarem proposta de preço abaixo do valor orçado para o contrato.

7 A publicação em jornais de grande circulação é obrigatória se o valor da licitação for superior a R\$ 375 mil.

8 A publicação de avisos de licitação passa a ser obrigatória em site do órgão público.

9 Medidas cautelares concedidas pelo Tribunal de Contas da União contra licitações ou contratos terão vigência máxima de 90 dias para evitar que a demora do julgamento prejudique o empreendimento.

10 A alienação de bens públicos também poderá ser feita por meio de pregão.

11 Quatro anos após a promulgação da nova lei, as licitações só poderão ser feitas depois de concluído o projeto executivo. Propostas de concorrentes com tecnologias mais avançadas não deverão ser desclassificadas.



Transferência de dois detentos para presídio de segurança máxima de Campo Grande: participantes da Conseg acreditam que segurança exige ação enérgica e prevenção

Com 48 mil mortes por ano, o Brasil detém uma das maiores taxas de homicídios no mundo. Entre 1980 e 2004, essa taxa praticamente triplicou. Nos últimos cinco anos, o número de crimes contra o patrimônio nas principais capitais cresceu 23% em média. Só no estado de São Paulo, houve 278.037 roubos e 587.501 furtos no ano passado. Sequestros, violência, tráfico de drogas fazem parte do cotidiano das grandes cidades e já se alastram pelo interior.

Para reverter esse quadro, o governo federal apostou na participação da sociedade. Esse foi o objetivo da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), encerrada no final de agosto, em Brasília. Três mil pessoas (duas mil com direito a voto) participaram do encontro, que aprovou dez princípios e 40 diretrizes (veja quadro) para uma política nacional para o setor.

Garantir recursos e melhorar salários, desmilitarizar a polícia, unificar as corporações, investir mais na participação comunitária, assegurar autonomia, mas também controle externo das ações policiais, e pautar as políticas de segurança pelo respeito aos direitos humanos foram noções cristalizadas pelo debate.

A discussão, antes limitada aos gestores da segurança pública, ocorreu ainda em mais de 2 mil encontros preparatórios nos estados e municípios. Para Benedito Mariano, representante dos gestores, a Conseg superou velhos tabus ao demonstrar que a sociedade está preparada para propor soluções nessa área.

– No Brasil, existia a ideia errada de que quem entende de segurança é polícia, e não é assim. Nada efetivamente que foi tratado lá é coisa nova, mas nunca antes a discussão aconteceu dessa forma,

com a sociedade civil envolvida de forma tão intensa. Juntar essas opiniões foi muito útil – avalia o presidente do Conselho de Administração do Fórum de Segurança Pública, coronel Humberto Vianna, que é também secretário de Ressocialização de Pernambuco. Para o coronel, que durante 30 anos atuou na Polícia Militar e hoje zela pelos 4,5 mil detentos do estado, os elementos para a nova política de segurança pública estão prontos, mas não se pode ter pressa excessiva.

– Não devemos atropelar nenhuma etapa. É preciso discutir o processo, formatar propostas e discutir amplamente. Agora precisamos da ajuda do Congresso para que aprove essa nova política nos moldes sugeridos pela conferência. Acredito que esse seja o caminho mais seguro e democrático – defende Vianna.

O Senado tem demonstrado, com a produção legislativa dos anos recentes, grande empenho na solução dos problemas ligados à questão. Três dezenas de projetos foram aprovados e dez deles viraram leis desde 2006 (veja texto). Muitos ainda tramitam, com ênfase na melhor aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e no combate ao crime organizado.

Vianna não acha que a Conseg tenha dado recados contraditórios ao país, como na adoção do ciclo completo (leia mais nesta página). Para ele, a sociedade quer algo mais palpável.

– A população cobra uma ação enérgica da polícia, mantendo pessoas presas, punindo, agindo com mais rigor. Mas isso não exclui a aproximação com as comunidades. Você deve sempre ter mais prevenção, mas sempre existirão momentos em que temos repressão, investigação. Uma coisa não exclui a outra.

Representantes das polícias e da sociedade se reúnem em Brasília e apontam caminho para combater a criminalidade. Sugestões seguem para o Congresso, que já vem aprovando propostas

Conferência aprova princípios para fortalecer sistema e definir a sua filosofia

Os dez princípios aprovados pela conferência revelam diversas reivindicações e convicções. O primeiro deles recebeu 794 votos e traz as seguintes reivindicações:

- autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional das instituições envolvidas;
- descentralização e integração sistêmica do processo de gestão democrática;
- transparência na publicidade dos dados;
- consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci);
- percentual mínimo de recursos orçamentários para o setor definido em lei.

O segundo princípio mais votado (455 votos) quer a manutenção da estrutura de segurança como definida no artigo 144 da Constituição, onde são listados os órgãos e suas atribuições (polícias federal, civil, militar, bombeiros etc.).

A terceira tese mais votada (402 votos) define que a segurança pública deve se pautar pela “defesa

da dignidade da pessoa humana, com valorização e respeito à vida e à cidadania, assegurando atendimento humanizado a todas as pessoas, com respeito às identidades religiosas, culturais, étnico-raciais, geracionais, de gênero, orientação sexual e das pessoas com deficiência”. Nesse princípio, a filosofia para a segurança passa pelo combate à criminalização da pobreza, da juventude e dos movimentos sociais.

A necessidade de reformas estruturais no modelo do setor foi reforçada no quarto princípio (256 votos), que pede “uma nova concepção de segurança pública”. O texto diz que a meta é democratizar e reitera o fortalecimento do Susp, do Pronasci e do Conselho Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Conasp).

Os demais princípios falam na valorização do município, nas políticas sociais (em especial, a educação) para reduzir a criminalidade, na reestruturação do sistema penitenciário e na valorização dos trabalhadores da área, considerados “educadores”.

Algumas das diretrizes propostas

- Modernizar e tornar mais ágil o inquérito policial, prevalecendo a produção de provas técnico-científicas.
- Implementar uma Política Nacional de Combate ao Crime Organizado.
- Criar sistema de bloqueio de celulares e rádios em presídios como medida de soberania e proteção a toda a população.
- Aposentadoria especial com proventos integrais, de 25 anos de serviço para mulheres e 30 anos para homens, desde que tenham, no mínimo, 20 anos de efetivo serviço, com paridade entre ativos e inativos.
- Priorizar as penas e medidas alternativas, a justiça restaurativa e a mediação de conflitos.
- Fortalecer e utilizar as unidades de inteligência policial como base para o desenvolvimento de ações direcionadas a alvos específicos, visando reduzir o impacto negativo da ação policial repressiva nas comunidades.
- Construir e aumentar o número de

delegacias especializadas e distritais com atendimento a grupos vulneráveis e especiais, com profissionais especialistas em crimes de intolerância social.

- Manter a maioridade penal em 18 anos e o tempo de cumprimento de medidas socioeducativas de acordo com a legislação vigente.

■ Considerar crime hediondo aquele cometido contra profissionais de segurança e operadores do direito no exercício ou não da função, e contra seus familiares.

- Transformação dos servidores penitenciários em policiais penais, como previsto na PEC 308/04, em tramitação na Câmara dos Deputados.

■ Garantir atendimentos médico, psicológico e social ao servidor; implementar escolas de capacitação.

- Autonomia e modernização dos órgãos periciais criminais.

■ Piso salarial nacional para os bombeiros.



Representantes das polícias e da sociedade civil divergiram sobre as diretrizes para a política de segurança pública, como na questão do ciclo completo

Afinal, quantos órgãos devem tomar conta da segurança pública?

Tão antigo e polêmico quanto o próprio avanço da criminalidade, o chamado ciclo completo de polícia foi alvo de duas diretrizes aprovadas pela 1ª Conseg: uma a favor, outra contra. Foram 868 votos a favor de um ciclo completo que “delimita competências, sem prejuízos das atribuições específicas de cada órgão policial”. Já 446 votos aprovaram o “rechaço absoluto” ao ciclo. Prova da divisão existente entre as corporações que integram a segurança pública.

O ciclo completo, em resumo, nada mais é do que uma polícia com poder de execução em todos os momentos do processo, desde a ocorrência policial até o pedido de indiciamento pelo Ministério Público, passando pela investigação (produção de provas). Em quase todo o mundo é adotado esse tipo de corporação.

Nesse modelo, a polícia que patrulha as ruas, aplica multas de trânsito e resolve brigas de vizinhos também investiga homicídios e corrupção. Na delegacia, convivem o patrolheiro fardado e o investigador de terno e gravata. Todos em uma mesma carreira. O promotor público está sempre lá, no distrito policial, conversando com os detetives, e até participa dos primeiros interrogatórios.

O Brasil é um dos raros casos de separação absoluta. A Polícia Militar atende o chamado da população quando ocorre um crime, mas registra a ocorrência em uma delegacia da Polícia Civil, que

apura o que aconteceu (inquérito) e só depois passa as informações ao Ministério Público, que vai processar os responsáveis.

– O Brasil não pode mais perder tempo, ficar refém de resistências culturais e corporativistas que vão existir hoje e daqui a cem anos. Precisamos nos desapegar dessas estruturas. Precisamos fazer uma polícia sintonizada com os anseios da sociedade – defende o presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Humberto Vianna, secretário de Ressocialização de Pernambuco.

Com a experiência de quem comandou as duas corporações, como ex-secretário de Segurança Pública em seu estado, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) afirma que “no mundo inteiro temos exemplos extraordinários de unificação e sucesso na organização policial e no combate à criminalidade”.

– Temos duas polícias que se odeiam. Uma diz que trabalha mais do que a outra. A outra diz que é mais inteligente. Uma ganha mais que a outra, com salários absolutamente diferenciados. O governo precisa regulamentar essa questão policial. Mas os lobbies são muito fortes e poderosos – inclusive com parlamentares – e muito policial acha que uma unificação de polícia, com uma estruturação da carreira, pode implicar inclusive perdas de vantagens. Eles têm medo disso.

Para senadores, esforço conjunto do governo e da sociedade é melhor caminho

A saída para a insegurança pública do país está em uma série de medidas que passam desde o melhor aparelhamento das polícias até a reforma do Código Penal, mas que começa no esforço conjunto de todos os governos e da sociedade para reduzir a violência. É o que se deduz das declarações feitas pelos senadores sobre a questão da criminalidade no Brasil.

– Dizem que faltam policiais. Pode até ser verdade, mas não dá para ter um policial para cada habitante do país, é impossível. Devemos investir no combate às desigualdades sociais, em políticas públicas audaciosas, na educação de base, nos valores da família. Precisamos fazer com que a sociedade saiba que a lei existe e é para ser cumprida. A impunidade não pode grassar – defende Marisa Serrano (PSDB-MS).

Para Garibaldi Alves (PMDB-RN), a realização da 1ª Conseg deve ser elogiada porque, no mínimo, trouxe novas ideias para solucionar o “con-



Segundo Romulo Tuma (E), o país sofre um terrorismo sem terroristas que ameaça o Estado democrático. Renato Casagrande defende políticas públicas de valorização da vida humana

texto dramático da segurança pública no país”.

– O desafio da segurança pública no Brasil é tão grande que faz com que tenhamos dúvida sobre qualquer ação ou mecanismo que seja posto em prática para discutir novas estratégias de combate à violência – disse.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) acredita que os três Poderes precisam atuar



Da mesma forma, Renato Casagrande (PSB-ES) avalia que a violência exige uma ação conjunta entre Estado e sociedade. A seu ver, devem ser elaboradas e adotadas políticas públicas de valorização da vida humana, de promoção da cidadania e da justiça social.

Ex-diretor-geral da Polícia Federal e ligado à área por mais de 30 anos, Romeu Tuma (PTB-SP) acha que a hora é de medidas concretas.

– A criminalidade é insuportável porque continua a apavorar e destruir famílias, a fazer órfãos e a incapacitar trabalhadores, como um terrorismo sem terroristas que ameaça cada vez mais o Estado democrático de direito – disse.

Depois de ironizar a publicidade dada ao Pronasci – “esse governo pensa que sigla resolve problema de violência” –, César Borges (PR-BA) disse que o país todo vive uma situação de guerra urbana, com assaltos, sequestros, assassinatos e balas perdidas.



Evolução dos gastos em segurança						
Despesas com segurança pública no país (em R\$ milhões):						
Item	2006		2007		2008	
	União	Brasil	União	Brasil	União	Brasil
Policciamento	591,0	8.260,6	1.107,5	9.137,0	1.024,2	12.743,5
Defesa civil	223,5	350,5	502,6	418,0	898,1	670,3
Informação e inteligência	67,3	49,3	120,6	74,4	91,0	245,4
Outras funções	2.567,8	18.714,0	3.014,5	20.487,9	3.964,7	19.891,8
Total	3.449,6	27.374,4	4.755,2	30.117,3	5.978,0	33.551,0

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança (edição 2009), Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública

Senado aprovou mais de 30 projetos nos últimos três anos

Desde 2006, mais de 30 projetos foram aprovados pelo Senado para melhorar a segurança pública. Porém, apenas oito viraram leis. Os demais ainda tramitam na Câmara.

Um deles, transformado em lei em abril, inclui o sequestro-relâmpago entre os crimes previstos no Código Penal, com penas de seis a 12 anos de prisão, ou de até 30 anos, se seguido de morte.

Conheça alguns dos projetos em tramitação: PLS 90/07, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), impede que o orçamento federal da segurança pública

seja contingenciado ou cortado;

PLS 630, de Magno Malta (PR-ES), aplica em segurança parte dos royalties da exploração de petróleo e outros recursos naturais;

PLS 310/03, de Magno Malta, determina que os estados interessados em recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) participem de um sistema nacional de informações;

PLS 65/07, de César Borges (PR-BA), repassa ao FNSP 2% da arrecadação das loterias e garante a transferência de, pelo menos, 80% dos

recursos a estados e municípios;

PLS 164/09, de Valter Pereira (PMDB-MS), destina recursos para programas educacionais dos estados contra as drogas e a violência;

PLS 97/08, de Renan Calheiros (PMDB-AL), assegura verbas do FNSP para programas de assistência psicossocial aos policiais;

PLS 150/06, de Senys Silhessarenko (PT-MT), cria novas normas de obtenção de prova; e

PLS 247/05, de Pedro Simon (PMDB-RS), amplia proteção a quem denuncia crime organizado.

meio ambiente



Minc anunciou aos senadores resultados positivos no combate ao desmatamento no Pará, Mato Grosso e Rondônia

Minc pede ajuda do Congresso para convenção sobre o clima

Ministro do Meio Ambiente espera sugestões dos parlamentares que ajudem a definir posição que Brasil levará para encontro em Copenhague

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, pediu que o Congresso Nacional dê sugestões para embasar a posição brasileira na 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP 15), em dezembro, na Dinamarca.

Em debate na Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Senado sobre o plano nacional para o setor, o ministro recomendou aos parlamentares a votação de projetos relevantes para a proposta a ser apresentada pelo Brasil na conferência, como o que cria o Fundo de Compensação das Mudanças Climáticas.

Já a presidente da comissão, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), propôs a inclusão do Projeto de Lei 5.367/09, que institui o Código Ambiental Brasileiro e prevê compensação financeira

para os produtores rurais que preservarem a natureza.

O ministro informou ainda aos senadores que Pará, Mato Grosso e Rondônia já registram recuperação de áreas degradadas. Segundo Minc, 20% das áreas antes totalmente desmatadas nesses estados apresentam recuperação ou ressurgimento de árvores.

— Isso significa que as políticas de embargo e de fiscalização estão funcionando — afirmou o ministro.

Carlos Minc explicou que informações sobre a recuperação de florestas estão sendo levantadas há seis meses pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em paralelo ao monitoramento constante realizado pelo ministério em relação aos desmatamentos.

Meta é reduzir desmatamento em 80% até 2020

Reduzir em 80% o índice de desmatamento anual da Amazônia até 2020 e ampliar em 11% ao ano, nos próximos dez anos, o consumo interno de etanol são algumas das metas do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Outras metas importantes são dobrar a área de florestas plantadas — para 11 milhões de hectares em 2020, sendo 2 milhões de hectares com uso de espécies nativas — e aumentar a reciclagem de resíduos sólidos urbanos em 20% até 2015.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima, elaborada pelo governo federal, tramita na Câmara dos Deputados (PL 3.535/08). Apresentado em 1º de dezembro de 2008, o plano tem ainda como metas trocar 1 milhão de geladeiras antigas por ano, em dez anos, e aumentar a oferta de energia elétrica de cogeração para 11,4% da oferta total de eletricidade no país, em 2030. As metas, segundo o Ministério do Meio Ambiente, contribuirão na redução de emissões de gases de efeito estufa e trarão outros ganhos ambientais e benefícios socioeconômicos.

MÁRCIA KALUJNE

CDR DEBATE AMAZÔNIA

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vai debater o desenvolvimento da Amazônia. Autor da ideia, o senador José Nery (PSOL-PA) diz que é preciso discutir o modelo econômico concentrador que, segundo ele, hoje predomina na região.

ÁGUA MINERAL

A exploração, tributação e utilização da água mineral será debatida, em audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) entre 22 de setembro e 1º de outubro. A proposta é do senador Neuto de Conto (PMDB-SC).

CI cria grupo para estudar marco regulatório do petróleo e etanol

Especialistas ouvidos na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que debateu o tema “Petróleo, etanol e biocombustíveis: diferenciais estratégicos”, foram unânimes em pedir um planejamento de longo prazo para o setor. Por isso, o presidente da CI, senador Fernando Collor (PTB-AL), decidiu criar um grupo de trabalho para propor mudanças no marco regulatório do setor, integrado pelos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Gilberto Goellner (DEM-MT) e

Delcídio Amaral (PT-MS).

Participaram do quarto painel da série “Agenda 2009-2015: desafios estratégicos setoriais”, os convidados Sergio Valdir Bajay, professor de Planejamento Energético e Engenharia Mecânica e de Petróleo na Universidade de Campinas; Marcos Sawaya Jank, presidente da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar; Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Collor (D) acompanha as explicações do professor Sérgio Valdir Bajay, da Unicamp: especialistas pediram planejamento de longo prazo para o setor

WALDEMAR RODRIGUES

Senadores aprovam a venda e o uso do óleo vegetal como combustível

A venda e o uso do óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, como combustível em diferentes veículos foram aprovados pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A proposta (PLS 81/08) do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) recebeu emendas do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e segue agora para decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Pelo texto votado na CRA, o

óleo vegetal, *in natura* ou misturado, poderá servir de combustível para tratores, veículos de transportes de pessoas e cargas, máquinas e equipamentos de uso agrícola ou similar, em geradores de energia e motores, além do transporte ferroviário e hidroviário.

Goellner disse que a ideia é baratear os custos de produção do setor agropecuário e diminuir a dependência de combustíveis de origem fóssil, mais poluentes.

ambiente legal

“É preciso agir antes que seja tarde”

“Eu diria aos dirigentes do mundo que é preciso agir antes que seja tarde.” A advertência foi feita pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, ao final de uma viagem ao Ártico em que constatou destruições provocadas pela mudança climática. A viagem aconteceu pouco antes da reunião de alto nível da ONU, em 22 de setembro, em Nova York, que vai preparar a cúpula mundial sobre o clima que ocorrerá em dezembro, em Copenhague.

Canário em mina de carvão

Assustado com o ritmo do derretimento das geleiras, o secretário-geral da ONU observou que “o Ártico é como um canário em uma mina de carvão: é um alerta para o clima do planeta”. E insistiu: “Se os dirigentes internacionais fracassarem em agir rapidamente, lamentaremos amargamente pelo futuro da Humanidade e do mundo”.

Debate sobre impacto ambiental do pré-sal

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara deverá debater os impactos ambientais da futura exploração de petróleo do pré-sal. Entre os convidados para o encontro, estão os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende. O requerimento de audiência ressalta que “a importância do tema decorre das incertezas científicas quanto à capacidade tecnológica de controle da emissão de gás carbônico (CO₂) durante a exploração”.

Preservação evita mudança climática

Um estudo europeu que acaba de ser divulgado afirma que os governos podem ajudar a combater a mudança climática aumentando o investimento em áreas ambientais, incluindo florestas e manguezais. “Os sistemas naturais representam um dos maiores aliados inexplorados contra o maior desafio desta geração”, ressalta o documento *A economia dos ecossistemas e da biodiversidade* (Teeb, na sigla em inglês).

Natureza transforma bilhões em trilhões

O ministro alemão do Meio Ambiente, Sigmar Gabriel, observa, no Teeb, que o investimento de US\$ 45 bilhões em áreas de proteção ambiental poderia poupar entre US\$ 4,5 e US\$ 5,2 trilhões por ano em serviços de origem natural. Os cientistas afirmam que a preservação da natureza é crucial no combate às mudanças climáticas, mas advertem que as taxas de extinção estão ocorrendo em um ritmo mil vezes mais rápido que o natural e três espécies desaparecem a cada hora.

comissões



JOSE CRUZ

Raimundo Feitosa, com Marisa Serrano, no debate: municípios estão carentes de apoio da União para a educação

PEC para a educação recebe elogios

A proposta de emenda à Constituição (PEC 74/05) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que nacionaliza a educação básica e prevê ensino integral nas escolas públicas representa um “avanço muito grande”, em particular para o sistema municipal de educação.

A opinião é do vice-presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e secretário de Educação de São Luís (MA), Raimundo Moacir Feitosa,

que participou de debate nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte.

Feitosa disse que os sistemas municipais estão carentes de apoio da União para dar conta de suas responsabilidades, mesmo com os avanços obtidos na redução da taxa de analfabetismo e com a inclusão da educação infantil entre as prioridades do governo.

Para Cristovam, um dos principais objetivos da PEC é garantir mais recursos para a

educação. O senador disse que a preocupação tem sido em torno dos recursos necessários para implementar determinado programa, quando o correto seria definir o tempo necessário.

– Para realmente melhorar a qualidade da educação no Brasil inteiro, serão necessários pelo menos 20 anos. Por isso, defendo a criação da carreira nacional do magistério, com descentralização gerencial e salário digno e pago pelo governo federal – afirmou.

Acesso ao patrimônio subaquático em debate

Representantes do Ministério da Cultura e da Marinha disseram no Senado apoiar a aprovação do Projeto de Lei da Câmara 45/08, que trata do acesso ao patrimônio cultural subaquático. Mas o debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) também mostrou que existem divergências em relação ao projeto, especialmente no que se refere

à sua constitucionalidade.

Segundo o projeto, qualquer intervenção no patrimônio subaquático nacional necessita de autorização federal (do patrimônio cultural e da Marinha) e deve apresentar um projeto arqueológico, assinado por um responsável técnico.

Para o diretor de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto de Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional (Iphan), Dalmo Vieira Filho, deve-se garantir ao patrimônio subaquático o mesmo cuidado que já existe em relação aos sítios em terra firme.

Também criticaram a legislação atual o comandante Tomé Albertino de Machado e o vice-presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Gilson Rambelli.

CE aprova acesso preferencial a eventos

Idosos, gestantes e pessoas com deficiência poderão ter tratamento preferencial na compra de ingressos e no acesso a eventos culturais, artísticos e esportivos. É o que prevê Projeto de Lei da Câmara 33/09 aprovado pela CE. O relator, Gerson Camata (PMDB-ES), considerou justa a iniciativa. A proposta

poderá, segundo o senador, assegurar a esses grupos não só o acesso a esses bens culturais e esportivos, como também que “eles possam contribuir para a formação cultural da sociedade à qual pertencem”. A proposta será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

DIA DA INOVAÇÃO

CE foi favorável ao projeto da Câmara (PLC 32/09) que designa 19 de outubro como Dia da Inovação. A data é alusiva a um dos feitos do pai da aviação, Santos Dumont.

ZUMBI SEM FERIADO

Na data de 20 de novembro será comemorado o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. A CE aprovou o PLS 520/03 sem a decisão da Câmara de transformar o dia em feriado.

JOVEM CIDADÃO

O Projeto de Resolução 2/03, aprovado na CE, cria o Programa Jovem Cidadão Brasileiro no Senado, de autoria de Paulo Paim (PT-RS). O relator Gerson Camata lembrou que Ciro Gomes foi aluno de programa semelhante da Câmara.

ENSINO A DISTÂNCIA

Os cursos de educação a distância deverão oferecer a opção de aulas presenciais, conforme assegura o PLS 118/04, do senador licenciado Hélio Costa. O substitutivo ao texto, aprovado pela CE, foi elaborado pelo senador Marco Maciel.

Senadores aprovam elogio à OEA pela volta de Cuba

Organização dos Estados Americanos havia banido país em 1962, após a revolução

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou voto de aplauso à Organização dos Estados Americanos (OEA) pela “decisão histórica” de reintegração de Cuba, adotada em assembleia geral realizada em Honduras. O requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) teve como relator João Pedro (PT-AM).

João Pedro recordou que Cuba foi suspensa da OEA em 1962,

após a declaração do caráter socialista da Revolução Cubana, realizada em 1959. O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que João Pedro e o presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresentassem pessoalmente ao parlamento cubano o voto de aplauso. Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a volta à OEA poderá ajudar o processo de abertura política de Cuba.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

A CRE aprovou na semana passada um projeto de lei e sete acordos internacionais do Brasil, entre eles a cooperação com a Dinamarca – onde acontece a reunião da ONU sobre Mudanças Climáticas, em dezembro – nas áreas de energias renováveis e eficiência energética.

NOTA DE PROTESTO

O presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo, divulgou nota de protesto contra os “maus-tratos e constrangimentos” que teriam sido impostos por policiais italianos à senadora licenciada Patrícia Saboya (PDT-CE) no aeroporto de Fiumicino, em Roma.

Camata celebra vitória brasileira contra subsídios dos EUA

Os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) elogiaram a decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) que autorizou o Brasil a retaliar os Estados Unidos pela concessão de subsídios aos produtores de algodão. Para o senador Gerson Camata (PMDB-ES), foi uma vitória muito importante,

resultado de uma negociação conduzida com muita habilidade pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Gilberto Goellner (DEM-MT) considera que a retaliação aos EUA não seria uma boa medida. Ele sugeriu o uso da vitória junto à OMC como “moeda de troca” em outras negociações, como o etanol.

Deputados paraguaios pedirão a Lugo apoio a acordo no Mercosul

A presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul (Parlasul), Mirtha Palacios, afirmou que parlamentares paraguaios poderão levar ao presidente Fernando Lugo a reivindicação para que o país não obstrua o acordo que determina o critério da representatividade proporcional dos países para a próxima eleição dos integrantes do Parlasul.

As observações foram feitas durante debate sobre integração regional, direitos humanos, direitos do consumidor e direito à terra nos países do Mercosul.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), membro da comissão do Mercosul, advertiu que se o acordo não for ratificado pelo Paraguai até esta terça-feira, não será possível a eleição direta para os representantes no bloco.

FOTOS: MÁRCIA KALUME



Geraldo Mesquita advertiu que prazo se esgota na terça-feira. A paraguaia Mirtha Palacios disse que parlamentares de seu país vão pressionar o presidente Lugo



J. FREITAS

Segundo Heráclito (à esq., com Marco Maciel), ajustes serão realizados mês a mês e economia pode ser maior

Senado vai economizar 5,6 mi ao ano com cortes

Heráclito Fortes, 1º secretário da Casa, anuncia redução no pagamento de gratificações e novo sistema para registrar e controlar horas extras

Em nota de esclarecimentos ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), informa que em um ano, com a redução no pagamento de gratificações a servidores pela participação em comissões, haverá uma economia de no mínimo R\$ 5,616 milhões: “Digo no mínimo pois novos ajustes serão realizados mês a mês, até alcançarmos um patamar que possamos considerar condizente com a estrutura do Senado”.

Heráclito informa também que,

juntando o corte nas gratificações de comissões com o corte nas horas extras, há uma redução de R\$ 968 mil por mês. E revela que a sistemática de registro e controle de horas extras será reestruturada em breve, “buscando-se um controle ainda maior que poderá culminar na adoção do uso das tecnologias de biometrias, com o uso de *scanner* de impressões digitais dos servidores”.

Na quinta-feira, Suplicy pediu explicações sobre um eventual “acréscimo”, em relação a 2009, no orçamento do Senado para

2010. Ele disse estranhar um aumento de R\$ 10 milhões nas estimativas de despesas, já que há uma expectativa de redução de R\$ 376 milhões, manifestada pelo presidente José Sarney na divulgação da proposta de reforma administrativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Heráclito disse que a proposta foi encaminhada ao Ministério do Planejamento no final de maio – antes, portanto, da apresentação do relatório da FGV sobre a reforma da Casa, que aconteceu em 18 de agosto.

Mão Santa protesta contra redução do repasse do FPM

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a denunciar a grave situação em que se encontra a maioria dos municípios brasileiros em virtude da redução do repasse, pela União, de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Para o senador, no Piauí, a situação não é diferente. Grande parte das prefeituras, que tem no FPM a maior fonte de renda, sofre com a falta de recursos que seriam destinados a obras e serviços. Ele informou que prefeitos do Piauí organizaram uma passeata de protesto que percorrerá as ruas da capital do estado, Teresina, nesta terça.

Fátima Cleide critica manutenção do cargo de Expedito Júnior

Fátima Cleide (PT-RO) pediu explicações à Mesa diretora do Senado que, segundo ela, insiste em manter no cargo um senador cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), caso de Expedito Júnior (PR-RO), acusado de compra de votos em 2006.

A senadora critica o fato de que, segundo ela, o presidente José Sarney tenha decidido não tomar nenhuma providência, até serem esgotados todos os recursos judiciais. Ela disse estranhar que o mesmo tratamento não tenha sido dado, em 2004, ao então senador pelo Amapá, João Capiberibe, apesar do pedido de 51 senadores para que ele tivesse mais tempo para recorrer da decisão.

Adelmir Santana anuncia exposição de arte francesa

Como parte das comemorações do Ano da França no Brasil, Adelmir Santana (DEM-DF) anunciou a abertura na Eplanada dos Ministérios, ao lado do Teatro Nacional, da exposição intitulada “Obras primas dos museus da França”. A exposição já percorreu 50 países e ficará no Brasil por três anos, permitindo aos brasileiros conhecer algumas das mais significativas obras do acervo dos museus franceses, reproduzidas em 131 painéis fotográficos de alta qualidade. A mostra faz parte de projeto do Sesc-DF e tem o apoio da Embaixada da França no Brasil.

Senado presta homenagem ao Dia do Corretor de Imóveis

Sessão especial em Plenário homenageou o Dia do Corretor de Imóveis, comemorado em 27 de agosto, data da edição da lei que regulamentou a profissão. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e outros senadores destacaram a importância dos corretores para o progresso

econômico do país, ao contribuir para o giro da cadeia produtiva da indústria imobiliária, e o viés social da profissão, que auxilia na realização do sonho da casa própria.

Adelmir Santana (DEM-DF), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Romeu Tuma (PTB-SP) e Ideli

Salvatti (PT-SC) também fizeram pronunciamentos durante a sessão. Na ocasião, o presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci), João Teodoro, disse considerar acertadas as medidas de estímulo à construção civil adotadas pelo governo.

Para Suplicy, redução deveria começar por gratificações e não por terceirizados

Eduardo Suplicy também pediu informações sobre a situação de servidores terceirizados da área de limpeza e conservação do Senado. Segundo o 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes, com uma nova licitação feita devido à meta de redução de custos, os salários desses terceirizados passaram de R\$ 602,53 para R\$ 508,00 e eles estariam de aviso prévio.

Para Suplicy, a redução de custos não deveria começar pelos funcionários terceirizados, que já recebem baixos salários. O senador sugeriu que se começasse a economia pelo corte das

gratificações e vantagens recebidas por servidores que integram comissões especiais conforme o Projeto de Resolução 29/09.

Na nota, Heráclito lembra que o Senado enfrentou, nos últimos anos, uma série de questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto aos critérios adotados nas licitações. O 1º secretário afirma ser imperativo que se regulamentem as contratações de mão de obra terceirizada, mas informa que a Casa está buscando uma solução jurídica que evite a demissão dos trabalhadores da área de limpeza.



WALDEMIR BARRETO

André Luiz Mendes (E) – ao lado de João Pedro – diz que inspeção, feita em março em obra da Refinaria Abreu e Lima, verificou irregularidades

Em CPI, técnicos do TCU apontam superfaturamento em refinaria

Em depoimento à CPI da Petrobras, o secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União (TCU), André Luiz Mendes, e o auditor de Contas Externas do órgão, André Delgado de Souza, apresentaram relatório que aponta superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Ipojuca (PE).

Segundo os técnicos, há indícios de “jogo de planilha no contrato de construção”. O TCU também verificou distorções na medição da terraplanagem. Delcídio Amaral (PT-MS) disse concordar com a estatal, argumentando que o terreno

e as condições de trabalho na refinaria exigiram soluções específicas para certas situações. Ideli Salvatti (PT-SC) frisou que o STF reconheceu o direito da Petrobras de adotar o procedimento licitatório simplificado, e Tasso Jereissati (PSDB-CE) discordou da senadora.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a Petrobras por ter chamado a Pini Serviços de Engenharia para atestar a proibição dos números da Abreu e Lima. Mário Sérgio Pini e Luiz Raymundo de Carvalho, representantes da empresa de engenharia, prestarão depoimento nesta terça-feira.

Em audiência, secretária do Ministério da Saúde explica PAC do saneamento básico

A secretária-executiva do Ministério da Saúde, Márcia Bassit Mazzoli, afirmou em debate na Comissão de Infraestrutura (CI) que seriam necessários R\$ 260 bilhões para atender adequadamente aos municípios com menos de 50 mil habitantes durante os quatro anos de abrangência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o período 2007/2010.

O cálculo da secretária leva em conta o total de R\$ 44 bilhões destinados no PAC ao setor de saneamento. Desse

total, o Ministério da Saúde gerencia, por meio da Funasa, R\$ 4 bilhões, que são destinados a cerca de mil municípios com menos de 50 mil habitantes.

Em resposta a Eduardo Suplicy (PT-SP), a secretária informou que, até junho deste ano, foram empenhados R\$ 1,9 bilhão, o que representa 47,3% do total, e pagos R\$ 212 milhões, cerca de 11% do total. Essa baixa execução, explicou ela, deve-se a dificuldades operacionais de transferência de recursos, como apontado por Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

institucional

Concurso de Redação inscreve até o dia 28

Organizada pelo Senado, competição para alunos de ensino médio terá como tema a importância do Estado democrático de direito

As mais de 17 mil escolas públicas têm até 28 de setembro para encaminhar às secretarias de Educação as redações dos alunos de ensino médio interessados em participar do 2º Concurso de Redação do Senado Federal.

O tema deste ano é: "Muito prazer, sou cidadão de uma República chamada Brasil", que propõe uma reflexão sobre a importância do Estado democrático de direito e sobre como ser, de fato e de diversas formas, cidadão nas ações cotidianas.

O concurso faz parte das co-

memorações dos 120 anos da Proclamação da República. No ano passado, a Bandeira Nacional foi o tema escolhido pela organização (veja texto-legendado abaixo). Podem participar da promoção, organizada pela Secretaria de Relações Públicas do Senado, alunos matriculados nos dois últimos anos do ensino médio das escolas públicas estaduais, com idade entre 16 e 19 anos.

O Senado enviou kits, com formulário de inscrição, convidando as escolas a participar. O tema pode ser debatido pelos professores com os alunos e as redações,

escritas em sala de aula. Cada escola enviará sua melhor redação às secretarias de Educação, que escolherá a representante do estado. A comissão julgadora, formada por um membro do Ministério da Educação, um do Conselho Nacional de Secretários de Educação e um do Senado, elegerá as três melhores.

O aluno vencedor receberá um microcomputador. Sua escola ganhará quatro microcomputadores para uso coletivo, um kit com publicações das Edições Técnicas do Senado e um kit com livros do Ministério da Educação.



PAULO LIMA

Na primeira edição do concurso, o tema foi a Bandeira Nacional. O Senado premiou as escolas finalistas em cada estado com kits com publicações e documentários voltados para a educação. Também foram enviados à escola vencedora quatro microcomputadores. A aluna Ana Clara Ferreira, de Jacarezinho, no Paraná, obteve a primeira colocação com o texto "Um símbolo, uma nação", e recebeu o prêmio do então presidente do Senado, Garibaldi Alves (D), e do ministro da Educação, Fernando Haddad.

Premiado, Portal LexML participa de conferência internacional

Depois de conquistar duas premiações nacionais, o portal LexML do Senado representou o Brasil na 20ª edição da Conferência Internacional de Governo Eletrônico – DEXA 2009, em Linz, na Áustria, encerrada no dia 4.

As premiações foram recebidas do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e do Instituto Conip – Conhecimento, Inovação e Práticas de Tecnologia da Informação na Gestão Pública, como Melhor Iniciativa do Ano e Destaque do Ano.

O portal é resultado de um esforço conjunto de dois anos entre o Senado e a Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle, sendo composto por bancos de dados de diversos órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ao ser lançado, em 30 de junho, contava com mais de 1 milhão de documentos, entre os quais, informações completas sobre leis e as interpretações a elas dadas pelos tribunais – as chamadas jurisprudências.

JOGOS DE AZAR

De 1º a 26 de agosto, a enquete da Agência Senado na internet sobre a criminalização de jogos de azar registrou menos de 3 mil votos – cerca de 45% a favor e 55% contra. No dia 27, porém, em menos de sete horas, o número de votos saltou para mais de 24 mil, 95% deles contrários à criminalização.

A equipe da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública descobriu que grupos de pessoas interessadas em jogos online começaram a se mobilizar na internet, por meio de diversos sites e do twitter, para votar contra a criminalização do jogo na internet.



WALDEMIR BARRETO

Foi lançado na Biblioteca Senador Luiz Vianna Filho o livro *Despesa pública e corrupção no Brasil*, do promotor Ruszel Cavalcante (D). O livro trata da malversação de recursos públi-

cos, expondo como se dá a corrupção no país e apresentando sugestões para o combate ao problema. O lançamento da obra foi apoiado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

presidência

Sarney lamenta morte do ministro Menezes Direito

José Sarney lamentou, em nota à imprensa, a morte do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, do Supremo Tribunal Federal (STF), aos 66 anos. Para Sarney, o ministro – que esteve no

STF por menos de dois anos – "dignificou a magistratura e transformou-se num ícone de juiz austero, íntegro, justo, tendo exercido grande liderança nos tribunais em que trabalhou".

ESCOLAS TÉCNICAS

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu ao presidente Sarney que seja colocada logo na ordem do dia a proposta de emenda à Constituição (PEC 24/05) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep).

No entender de Paim, autor da PEC, se o Brasil quer ter mais e melhores escolas técnicas, precisa investir nesse setor.

CONTRIBUIÇÃO

Representantes do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que reúne 9 mil sindicatos, pediram a José Sarney pressa na votação de projeto (PLS 248/06) de Paulo Paim (PT-RS) que regulamenta a cobrança da contribuição assistencial pelos sindicatos. Hoje, as entidades sindicais têm muitas dificuldades para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições.

VARIG E TRANSBRASIL

Paulo Paim, Alvaro Dias (PSDB-PR), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Augusto Botelho (PT-RR), além da presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio, obtiveram apoio do presidente do Senado para realizar uma reunião com o advogado-geral da União (AGU), José Antonio Toffoli. A ideia é conseguir um acordo capaz de pôr fim às perdas sofridas pelos ex-funcionários da Varig e da Transbrasil.

ALGAS NO MARANHÃO

O senador José Sarney recebeu o diretor-geral-adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), João César de Freitas Pinheiro, que lhe pediu apoio para a ideia de explorar comercialmente a alga *Lithothamnium*, encontrada a 50 quilômetros da costa do Maranhão. Segundo Pinheiro, ali estão acumulados 2 bilhões de toneladas da alga, que podem ser sugados com dragas, sem danos para o meio ambiente.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shesharenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Haroldo Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suelly Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61-2211 - Fax: 61 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Agenda Econômica traz análise do processo de independência brasileira

William Carvalho, professor da Associação Brasileira de Orçamento Público, fala no programa da TV Senado sobre as chances de o país superar dificuldades históricas e se tornar desenvolvido

O Brasil somente poderá chegar ao seletor clube dos países ricos se fizer uma grande mudança cultural para resgatar valores republicanos e aniquilar o patrimonialismo e a corrupção. As afirmações foram feitas ao programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, pelo professor William Carvalho, da Associação Brasileira de Orçamento Público (Abop), que analisou o processo histórico

de independência econômica do Brasil. O programa vai ao ar no sábado, às 16h30 e às 21h30, e será reprisado no domingo às 2h30, 11h30 e 22h.

Segundo o professor, a República brasileira foi instaurada a partir de um golpe de Estado e o país nunca comungou com os valores essencialmente republicanos. Ao contrário, manteve uma República com os mesmos vícios culturais

do Império. Ele argumenta que, apesar de a independência política do país ter acontecido a partir do rompimento do imperador d. Pedro I com a Coroa portuguesa, a independência econômica somente se deu em mais de um século.

William Carvalho afirma que, para chegar ao Primeiro Mundo, o Brasil deve livrar-se dos gargalos culturais e estruturais. Para ele, o país tem todas as condições

de transformar-se numa nação desenvolvida, desde que mude seus valores e invista nas escolas, assinala.

Agenda Econômica

TV Senado
12/9, sábado, às 16h30 e 21h30
13/9, domingo, às 2h30, 11h30 e 22h

Rádio Senado analisa empréstimos externos para Forças Armadas

O Senado aprovou dois projetos de resolução que autorizam a contratação de empréstimos externos pelo Brasil no valor de mais de 6 bilhões de euros.

Recursos de 4,32 bilhões de euros serão destinados ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), da Marinha do Brasil, que prevê a construção em série de quatro submarinos convencionais e de um submarino nuclear. Outro 1,76 bilhão de euros visa à aquisição de 50 helicópteros de médio porte para emprego das três Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica.

A importância de reforçar a capacidade de defesa do país e as razões para se buscar a transferência de tecnologia nos contratos de aquisição de ar-



MARINHA DO BRASIL/ARQUIVO

Recursos de 4,32 bilhões de euros, fornecidos por um consórcio de bancos, serão destinados ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos, da Marinha

mamentos serão o assunto do programa *Entrevista Especial*, da Rádio Senado, que terá a parti-

cipação dos senadores Fernando Collor (PTB-AL) e João Vicente Claudino (PTB-PI).

Entrevista Especial

Senado FM e Ondas Curtas:
7/9, segunda-feira, às 12h

Rádios comerciais e comunitárias

As denúncias de irregularidades na execução do serviço de radiodifusão comunitária, tema de recente debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (CCT) do Senado, expuseram as divergências entre a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). O *Estação da Mídia* abre espaço para as duas entidades.

Os convidados do programa são Clementino Lopes, da Abraço, e Paulo Carvalho Neto, da Abert. Eles falam sobre as discussões de uma nova legislação para o setor de radiodifusão, a proposta de divisão de verbas publicitárias de órgãos públicos entre emissoras comerciais e comunitárias e os estudos sobre o sistema de rádio digital a ser adotado no Brasil.

Estação da Mídia

Senado FM
8/9, terça-feira,
às 7h30
Internet: 8/9,
terça-feira



SÁBADO

1h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia e Inclusão
3h30 - Cidadania
4h - Alô Senado
4h15 - Argumento
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - EcoSenado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
8h - De Coração
8h30 - Cidadania
9h - Alô Senado
9h15 - EcoSenado
9h30 - Leituras
10h - Conversa de Música
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia e Inclusão
12h30 - Encontros
13h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
13h30 - Cidadania
14h - EcoSenado
14h15 - Alô Senado
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Tela Brasil/Salão Nobre
16h30 - Agenda Econômica
17h30 - Encontros
18h00 - Conversa de Música
19h00 - Cidadania
19h30 - Leituras
20h - Alô Senado
20h15 - Ecosenado
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Agenda Econômica
22h30 - Diplomacia e Inclusão
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania
1h30 - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado
2h30 - Agenda Econômica
3h30 - Cidadania
4h - Leituras
4h30 - De Coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania
6h30 - Alô Senado
6h45 - Argumento
7h - TV Brasil Internacional
7h30 - Cidadania
8h - Leituras
8h30 - De Coração
9h - Diplomacia e Inclusão
10h - Conversa de Música
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado
11h30 - Agenda Econômica
12h30 - Encontros
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania
14h - TCU/Ponto a Ponto/Diplomacia
14h30 - Espaço Cultural
15h30 - Especial
16h30 - Encontros
17h - Diplomacia e Inclusão
18h - Conversa de Música
19h - Cidadania
19h30 - Alô Senado
19h45 - EcoSenado
20h - Especial
20h30 - Leituras
21h - Tela Brasil/Salão Nobre
22h - Agenda Econômica
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De Coração
24h - Conversa de Música

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA: ANTENA PARABÓLICA
Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

Sistema analógico:

Satélite: B1

Transponder: 11 A2

Polarização: horizontal

Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1

Transponder: 1 Banda Estendida

Polarização: vertical

Frequência: 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L):

1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz

Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e

norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

ProUni

"Sugiro que os senadores elaborem uma lei que obrigue o governo a passar para os alunos do ProUni uma ajuda de custo de valor mínimo. Existe a Bolsa Permanência, mas ela só atende estudantes com o mínimo de seis horas aulas diárias. Eu faço Direito, mas já tive que recomendar o curso duas vezes por dificuldades financeiras."

Marciano Silva Fernandes, de Antonina do Norte (CE)

Instrutor de informática

"Seria interessante que nossos deputados e senadores olhassem também para a regularização da profissão de instrutor de informática. Essa é uma profissão que agrega conhecimento tecnológico à nossa sociedade e merece ser valorizada e reconhecida por lei."

Alessandro Glauber, de Bayeux (PB)

Palanques

"Sugiro aos senadores criarem um projeto de lei proibindo todos os candidatos a cargos eletivos de inaugurarem obras de qualquer espécie em véspera de eleições. Hoje, todos aproveitam para fazer campanha eleitoral, principalmente os que estão em partidos ligados aos candidatos a cargos majoritários. Essas inaugurações sempre passam a servir de palanque político, iludindo os eleitores mais humildes."

Ednaldo J. Santos, de São Paulo (SP)

Brasil Sorridente

"O presidente Lula anunciou em propaganda eleitoral o programa Brasil Sorridente, que seria um serviço odontológico que cobriria os préstimos de várias especializações de restauração dentária, inclusive o implante de dentes. Aqui em Curitiba já percorri vários postos, unidades especializadas odontológicas, secretarias de Saúde e todos negaram a existência desse serviço. Porém, na unidade de saúde Centro de Orientação e Aconselhamento há uma placa Brasil Sorridente, mas

a direção do posto diz não saber da existência desse programa de implantes aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Como posso beneficiar-me com esse projeto popular?"

Célio Borba, de Curitiba (PR)

Nota da redação: O Ministério da Saúde disponibiliza para informações o número 0800 611997 e o e-mail cosab@saude.gov.br.

Pátria

"Os parlamentares deveriam amar a pátria assim como o povo brasileiro ama."

Elza Coelho Nepomuceno, de Belo Horizonte (MG)

Democracia

"Os cidadãos brasileiros se enchem de vergonha com tudo que viram e ouviram na primeira semana de agosto no Senado. Os jovens que vão salvar a vida da pobre democracia desfigurada. Os maiores ofensores e depreciadores da democracia são os que mais a invocam."

Juliano de Oliveira, de Custódia (PE)

Mototaxista

"Que bom que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 12.009/09 – [que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transportes de passageiros]. Pena que, em cidades como São Paulo, o tráfego e o trânsito urbano da capital não apresentam condições favoráveis à profissão de mototaxista."

Edivelton Tadeu Mendes, de São Paulo (SP)

Aposentados

"Presidente Lula, nós aposentados e pensionistas estamos mobilizados. Portanto, se houver veto à recuperação das perdas dos nossos benefícios, com certeza o seu candidato não subirá a rampa do Planalto."

Mário Antônio de Almeida, de Araçatuba (SP)

frases



É muito estranho esse silêncio. Temos que agir olhando para o Brasil

Tião Viana, ao cobrar posição mais ativa sobre o pré-sal de governadores e parlamentares de estados não produtores.

Não temos o direito de usurpar da sociedade o direito de participar dos debates sobre o marco regulatório, para que este petróleo seja um bem do povo. Ele não está em nenhum lago; não está em nenhum rio; ele está lá embaixo

José Agripino, para quem o prazo para que o Congresso discuta o assunto é reduzido.

No meu ponto de vista, 90 dias é prazo suficiente para o Congresso analisar a matéria, mas se for preciso uma prorrogação para a construção de um caminho, tudo bem. O que precisamos é abrir o debate sobre o assunto

Aloizio Mercadante, em defesa do prazo proposto pelo governo.

Haverá de chegar o momento em que o reajuste será idêntico para todos os salários

Sérgio Zambiasi, sobre a situação difícil de aposentados e pensionistas.

A doença continua presente em todas as regiões e representa uma grande ameaça para a sociedade e para o sistema de saúde

Augusto Botelho, lembrando que a dengue é uma virose grave e de rápida infestação e que continua fazendo vítimas.



GERALDO MAGELA

O mundo, principalmente os países ricos, gosta da nossa castanha e da borracha natural, mas, na hora de comprar, eles dão preferência a produtos de outros países. A nossa castanha e a nossa borracha têm preço vil, miserável mesmo

Mesquita Júnior, lamentando os baixos preços dos produtos da Amazônia.

Desde a CPI da Terra, o MST vem sendo investigado, mas nunca se chega ao cofre. Agora, o tema voltou a aflorar na *Veja*. Temos que dar uma resposta à sociedade brasileira. Eu não tenho conhecimento de que os trabalhadores estão sendo qualificados a tal ponto

Marisa Serrano, sobre denúncia de recursos não comprovados recebidos por ONGs.

Que venham todos, que tomem as ruas e as nossas avenidas por todo o vasto território nacional, numa procissão triunfal dos nossos valores espirituais

Marcelo Crivella, ao comemorar sanção de projeto que cria o Dia Nacional da Marcha para Jesus.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

Estabilidade para conselheiros fiscais de sindicatos

"Gostaria de saber qual o entendimento do senador sobre a seguinte incoerência: não é possível constituir uma entidade sindical sem a presença do conselho fiscal; no entanto, os conselheiros não têm estabilidade sindical, o que faz com que sejam, em sua grande maioria, demitidos dos empregos."

Cristovão Mendonça dos Santos, de Brasília (DF)

O senador **José Nery (PSOL-PA)** responde:

A estabilidade sindical é uma conquista histórica dos trabalhadores brasileiros. Não é possível concretizar o direito à livre organização sindical sem que seja garantida a estabilidade dos dirigentes sindicais.

O empresariado, no entanto, tem se aproveitado de uma falha na legislação trabalhista para demitir ativistas sindicais que são eleitos para o conselho fiscal de suas entidades de classe. Isso, como você alerta, precisa ser consertado urgentemente.

Quanto mais a crise econômica se aprofunda, maior a precarização das relações de trabalho. Com isso, possuir organizações sindicais fortes é fundamental para que se consiga a mínima proteção laboral.

Na minha opinião, o governo deveria priorizar a manutenção dos empregos e a preservação da organização sindical, em vez de se preocupar unicamente em garantir a lucratividade dos bancos e dos grandes empresários.



MOREIRA MARIZ

Aumentam lesões e doenças do trabalho

As lesões por esforço repetitivo (LER) são um conjunto de doenças que atingem músculos, tendões, nervos e articulações e decorrem de sobrecarga no trabalho sobre o sistema músculo-esquelético. Denominadas também pela Previdência Social como distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (Dort), ocorrem principalmente nos membros superiores (dedos, mãos, punhos, antebraços e braços) e são cada vez mais frequentes.



Trabalhador que assume rotina com movimentos repetitivos precisa adotar postura correta e estabelecer pausas durante a execução de suas tarefas

Empresas negam vínculo entre doença e trabalho e não fornecem documento

A partir da década de 70, as LER/Dort tiveram rápido crescimento nos ambientes de trabalho em todo o mundo. No Brasil, casos de tenossinovite (inflamação de tendões) entre digitadores nos anos 80 suscita-

ram reivindicações que levaram a Previdência Social a incluí-la no rol de doenças do trabalho.

Em 1993, norma técnica instituiu o termo LER, ampliando o conceito e concedendo direitos previdenciários a portadores

dessas doenças. Em 2007, o Decreto 6.042 estabeleceu um sistema de nexos epidemiológico que regulamentou mudanças na caracterização das doenças relacionadas ao trabalho.

Mas, segundo o médico do

trabalho Rogério Dornelles, as empresas costumam negar esse nexos e não emitem a Comunicação de Acidentes e Doenças do Trabalho (CAT), obrigatória para todos os casos. Excluir o direito do trabalhador à estabilidade de

um ano após o retorno e evitar o aumento da contribuição ao INSS devido ao incremento de casos de acidentes e doenças do trabalho na empresa são algumas das intenções dos empregadores.

LER é uma das principais causas de afastamento

Levantamento realizado pelo Ministério da Previdência Social mostra que, entre outubro de 2008 e janeiro de 2009, as LER/Dort foram os principais motivos de afastamento temporário com concessão de benefícios de natureza previdenciária e acidentária, ao lado dos afastamentos por transtornos mentais. Segundo o diretor do Departamento de Saúde e Segurança Ocupacional do ministério, Remigio Todeschini, os dados permitem especificar a incidência dessas doenças e de acidentes de trabalho.

O senador Paulo Paim (PT-RS) aponta, como forma de coibir acidentes de trabalho, uma redução na jornada sem diminuição do salário. "Morrem mais pessoas nos acidentes de trabalho do que nas guerras. Isso já foi demonstrado, pois a preocupação com a produção é maior do que com a vida", afirma, defendendo o fortalecimento das comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas). Entre os mais atingidos pelas LER/Dort, estão digitadores, operadores de *telemarketing*, caixas (bancos e comércio em geral), trabalhadores de linha de montagem e produção, escriturários, e trabalhadores em comunicações, confecções, indústrias alimentícias e gráficas.

Algumas doenças que podem ser consideradas LER/Dort

Tenossinovite e tendinite: inflamação de tendões.

Epicondilite: inflamação de músculos e tendões do cotovelo.

Bursite: inflamação das bursas (pequenas bolsas de líquido localizadas em pontos em que os músculos ou tendões encostam

em um osso).

Síndrome do túnel do carpo: compressão de nervo no punho.

Síndrome cervicobraquial: dor nos braços e na cervical.

Doença de Quervain: inflamação nos tendões do polegar.

Queixas mais comuns dos portadores

▸ Dor localizada, irradiada ou generalizada

▸ Desconforto

▸ Fadiga

▸ Sensação de peso

▸ Formigamento

▸ Dormência

▸ Sensação de diminuição de força

▸ Inchaço

▸ Enrijecimento muscular

▸ Choques nos membros

▸ Falta de firmeza nas mãos.

Fonte: www.bancodesaude.com.br

Fatores de risco

- Trabalho automatizado, sob pressão, em que o trabalhador não tem controle sobre suas atividades (caixa, digitador, operador de *telemarketing* e outros).
- Obrigatoriedade de manter o ritmo acelerado para garantir a produção.
- Trabalho fragmentado, em que cada um exerce uma única tarefa de forma repetitiva.
- Trabalho rigidamente hierarquizado, sob pressão permanente das chefias.
- Número insuficiente de funcionários.
- Jornadas prolongadas de trabalho, com frequente realização de horas extras.
- Ausência de pausas durante a jornada de trabalho.
- Trabalho realizado em ambientes frios, ruidosos e mal ventilados.
- Mobiliário inadequado (cadeiras, mesas etc.), que leva a posturas incorretas.

Medidas de prevenção

- Controle do ritmo de trabalho pela pessoa que o executa.
- Enriquecimento das tarefas, não permitindo a fragmentação do trabalho.
- Eliminação das horas extras.
- Pausas durante a jornada de trabalho para que músculos e tendões descansem, sem aumento do ritmo ou do volume de trabalho.
- Adequação do posto de trabalho para evitar posturas incorretas. Mobiliário e máquinas devem ser ajustados às características físicas individuais dos trabalhadores.
- Ambiente de trabalho com temperatura, ruído e iluminação adequados.
- Fiscalização nos ambientes de trabalho pela comissão interna de prevenção de acidentes (Cipa), Delegacia Regional do Trabalho e Emprego, sindicato e centros de referência em saúde do trabalhador (Cerest).

- Cláusulas nos acordos coletivos de trabalho que privilegiem a prevenção de doenças do trabalho ou profissionais, tratamento e reabilitação dos trabalhadores.
- Implantação de programas de ginástica laboral, com duração de 8 a 12 minutos por dia, de cinco a seis vezes por semana. Segundo João Ricardo Oliveira, professor de educação física e instrutor de ginástica laboral, existem três tipos de ginástica utilizados pelas empresas:
 - compensatória, praticada antes do expediente de trabalho – tem como objetivo proporcionar aquecimento para o trabalhador;
 - de pausa, praticada no meio do expediente – para aliviar tensões e fortalecer músculos;
 - de relaxamento, praticada após o expediente de trabalho – proporciona relaxamento muscular e mental.

Fonte: Cartilha LER/Dort, Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro (SP)

Projetos de lei

O **PL 5.638/09**, do deputado Paulo Roberto Pereira (PTB-RS), obriga o empregador rural a conceder ao trabalhador uma pausa de 15 minutos a cada duas horas. A proposta está sendo analisada com o PL 4.431/08, do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que fixa jornada de trabalho de 44 horas semanais com duas pausas obrigatórias de dez minutos para o trabalhador safrista.

O **PL 317/07**, do deputado Fábio Souto (DEM-BA), determina que o empregador deve implantar ginástica laboral para empregados cujas atividades exijam movimentos repetitivos, posturas incorretas ou ausência de movimentos. A proposta tem o mesmo objetivo do PL 6.231/05, do deputado Fernando de Fabinho (DEM-BA).

Saiba mais

Ministério da Previdência Social
Esplanada dos Ministérios, bloco F
Brasília (DF) – CEP 70059-900
Central de atendimento: 135
www.previdenciasocial.gov.br

Ministério do Trabalho e Emprego
0800 610101 – para as regiões Sul e Centro-Oeste, AC, RO e TO
0800 2850101 – para Sudeste, Nordeste e Norte, exceto AC, RO e TO
www.mte.gov.br

Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios, bloco G
Brasília (DF) – CEP 70058-900
Disque saúde: 0800 61 1997
www.saude.gov.br

Veja a relação completa de doenças ocupacionais na Portaria MS 1.339/GM-1999, do Ministério da Saúde, e no Decreto 3.048/99, da Previdência Social.